



Impresso Especial

68000007/2002 - DR/SC  
ALESC

CORREIOS

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 3 de junho de 2005

Ano 7 Nº 205

## Parlamento percorre o Estado

**Audiências do Orçamento Regionalizado passarão por dez cidades**

Entre os dias 6 e 10 de junho, realizam-se as reuniões das audiências públicas que tratarão do Orçamento Regionalizado em dez municípios catarinenses. Os encontros definirão as principais reivindicações de cada região para integrar o Orçamento estadual do próximo ano. O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), classifica os encontros como fundamentais para a integração entre Parlamento e sociedade (veja entrevista na página 3)

Conforme o deputado Wilson Vieira - Dentinho

(PT), que preside as comissões Organizadora do Orçamento Estadual Regionalizado e a de Finanças e Tributação, foram remetidos convites a órgãos públicos, partidos políticos, entidades de caráter sindical ou comunitário e empresas. As audiências são abertas a toda a comunidade. Duas equipes estão incumbidas da realização dos encontros. A primeira passará por Joinville, Itajaí, Rio do Sul, São José e Criciúma e a outra percorrerá Lages, Caçador, Joaçaba, Chapecó e São Miguel d'Oeste. Confira os locais de realização no quadro. (GMP)



Prioridades para obras e ações são definidas nas audiências que são abertas à participação de toda a população

Data	Hora	Jurisdições das secretarias	Local
Dia 6 Segunda-feira	14h	Mafra, Jaraguá do Sul e Joinville	Plenário da Câmara de Vereadores Joinville
Dia 6 Segunda-feira	14h	São Joaquim, Curitibanos e Lages	Anfiteatro "Caverna" CAV - Udesc Lages
Dia 7 Terça-feira	14h	Ibirama, Ituporanga e Rio do Sul	Auditório 1 - Unidavi Rio do Sul
Dia 7 Terça-feira	14h	Canoinhas, Videira e Caçador	Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Contestado - Caçador
Dia 8 Quarta-feira	14h	Blumenau, Brusque e Itajaí	Auditório Martin Schmeling - Itajaí
Dia 8 Quarta-feira	14h	Concórdia, Campos Novos e Joaçaba	Auditório do Senai Luzerna
Dia 9 Quinta-feira	14h	Grande Florianópolis	Fundação Catarinense de Educação Especial São José
Dia 9 Quinta-feira	14h	Xanxerê, São Lourenço do Oeste e Chapecó	Plenarinho da Unochapecó - Chapecó
Dia 10 Sexta-feira	14h	Laguna, Araranguá, Tubarão e Criciúma	Auditório do Colégio São Bento - Criciúma
Dia 10 Sexta-feira	14h	Maravilha, Palmitos, Dionísio Cerqueira e São Miguel d'Oeste	Auditório da Unoesc São Miguel d'Oeste

\*Informações pelo telefone (48)221-2943, fone-fax (48)221-2556 ou através do e-mail [orcamento@alesc.sc.gov.br](mailto:orcamento@alesc.sc.gov.br).

**Comissão encerra seminários sobre gerenciamento costeiro**

Página 5

**Redução de recesso parlamentar está na pauta**

Página 4

**Confira os projetos aprovados em Plenário**

Página 9

## Produtores discutem agricultura familiar

(foto Solon Soares)

A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), atendendo requerimento do deputado Dionei Walter da Silva (PT), realizou seminário em Mafra para ouvir, discutir, esclarecer e orientar agricultores sobre a atividade e as possibilidades de agregação de renda. Técnicos do governo estadual e federal, além de representantes das secretarias e organismos federais, participaram do evento.

Páginas centrais





## As conseqüências do aumento dos juros no bolso dos brasileiros

Pelo nono mês consecutivo, o Banco Central elevou os juros básicos da economia. A taxa de juros Selic subiu de 19,50% para 19,75% ao ano, alta de 0,25 ponto percentual. A medida do Governo Lula diminuiu o consumo e o crescimento do país.

A taxa de juros é a taxa cobrada pelos bancos quando é dado um empréstimo e também a remuneração paga a quem deposita dinheiro em poupanças. Quanto menos dinheiro os bancos têm para oferecer aos seus clientes, mais eles cobram pelo empréstimo. É o que vem acontecendo no Brasil.

O aumento dos juros controla o consumo e freia o crescimento do país. Quando se eleva a taxa de juros, inevitavelmente ocorre uma retração no crescimento econômico, aumentando a pobreza do país e de sua população. Além disso, por causa do novo aumento dos juros, algumas empresas podem começar a demitir ou parar de contratar. O Brasil vai crescer menos do que poderia este ano, com todas as conseqüências que daí decorre, inclusive a diminuição dos empregos. É importante lembrar que

cada 1% no aumento da taxa Selic significa o aumento da dívida do governo em R\$ 10 bilhões por ano. A dívida do país só aumenta com a medida tomada pelo Governo Lula. Se o Brasil tivesse uma taxa de juros como a dos países desenvolvidos, na ordem de 2% ao ano, ao invés da taxa atual de 19,5%, nosso país faria uma economia de R\$ 175 bilhões anuais. Quando os bancos aumentam a disponibilidade de crédito, aumenta também o poder aquisitivo da população, ocasionando um aumento da demanda, pois a população com mais dinheiro disponível leva ao aumento da procura pelos bens. Incentivando o comércio e o aumento da produção, gerando empregos. Além disso, o crédito é a principal forma de realizar o sonho da casa própria.

A nova alta nas taxas de juros produz uma desaceleração na atividade econômica e compromete todo o esforço exportador que o país realiza, contribuindo para que o Brasil aumente seus gastos com o pagamento de juros da dívida pública e deixe de investir em saúde, educação, segurança pública etc.

**Jorginho Mello (Líder do PSDB)**

## Guerra de outdoors

Basta andar pelas ruas e avenidas para saber do que se trata: só tem outdoors promovendo governos e políticos. Toda essa publicidade é obra do marketing político, praticado para deformar a opinião do povo... com o dinheiro do povo. A intenção nada velada é dizer às pessoas o que elas devem pensar sobre o governo e os governantes.

Veja como agem: a principal cidade do Estado vive o caos da insegurança pública. O que fez o governo? Espalhou dezenas de outdoors afirmando que a cidade está mais segura. Está? A imprensa noticia que não. Mas os outdoors estão lá para induzir as pessoas a pensar que de fato a cidade está mais segura. Para o marqueteiro que ganhou o dinheiro do povo, pouco importa se está ou não mais segura. É irrelevante. O importante é formar opinião, convencer pelos olhos, ainda que os fatos, as páginas policiais, os noticiários da tevê e do rádio, afirmem o contrário.

Aqui ao lado da Assembléia ficou por muito tempo exposto um outdoor agradecendo ao governador pela reforma da ponte Hercílio Luz. Agora toma-se conhecimento que o Governo Federal investiu em 2003 mais de R\$ 1,4 milhão na revitalização da ponte. Que reforma, que

revitalização? Alguém viu? Mas o outdoor muita gente viu. O marketing é assim, vende qualquer coisa e... não precisa entregar. Não tem compromisso com a realidade, nem com a mudança dela. Interessa apenas a imagem do anunciante. O cidadão tem de desconfiar do marketing. Ele está mudando para pior a política.

Com 2006 se aproximando, então, vai ser guerra. Prova disso são os outdoors que foram espalhados pelas principais cidades do Estado. Esses outdoors são o quê? Publicidade institucional? Divulgação de atos do governo federal? Se fosse assim os anúncios deveriam conter o logotipo do governo federal, não uma foto. O caso é de publicidade pessoal. Mas quem está pagando? O catarinense não é tolo, não. Alguém está atropelando a lei. O ano promete. Um empresário confessou que doou recursos para a campanha de candidatos a prefeito e a vereador de Florianópolis. Essas doações estão registradas nas prestações de contas apresentadas ao TRE? A Justiça Eleitoral confirma?

São três fatos graves: o marketing eleitoral travestido de publicidade institucional do governo, a confissão do empresário e a farra dos outdoors, caso flagrante e clamoroso de abuso de poder econômico. A Justiça é cega. Será?

**Deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)**

## AL apresenta mostra ambiental

Com o objetivo de divulgar os trabalhos ambientais das escolas vinculadas ao Fórum das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz, na capital, a Assembléia Legislativa, através das Comissões de Turismo e Meio Ambiente e de Educação, lançou no dia 2, às 19 horas, no Plenário, a 2ª Mostra Ambiental do Maciço do Morro da Cruz.

Na oportunidade, o público presente acompanhou um debate sobre o Plano Diretor, o Parque Ecológico e as demandas prioritárias deste complexo de morros localizados no centro de Florianópolis, nas baías Sul e Norte da Ilha de Santa Catarina. A iniciativa do evento é do deputado Afrânio Bo-

ppre (PT), cabendo a organização ao Fórum, às comissões de Meio Ambiente e de Educação da Assembléia Legislativa e ao Departamento de Geociências da UFSC.

No dia 3 de junho, às 9 horas, na galeria da Casa, abre a Mostra para visitação pública. Além das comunidades, fazem parte do Fórum 13 escolas públicas e privadas da região. O mote da exposição é *Integração centro-morro: política públicas para a qualidade de vida*. Maiores informações no LAAM (Laboratório de Análise Ambiental), pelo fone (48) 331-8813 ou pelo e-mail [laam@cfh.ufsc.br](mailto:laam@cfh.ufsc.br), na Escola Jurema Cavallazzi 225-7731 ou na secretaria do Fórum 233-5573 ou 3028-6615. (RV)

## Pintor mirim

A exposição de pinturas do menino Nathan Santos da Silveira (contracapa da edição de nº 204 do *AL Notícias*) encerrou-se no dia 22 de maio. Entretanto, as pessoas que tiverem interesse em adquirir obras do pequeno pintor poderão entrar em contato com os pais, Albino e Regina; pelos telefones (48) 237-3093 ou (48) 9951-6783, ou na avenida Pequeno Príncipe, servidão Lourenço Lúcio Silveira, nº,100, Campeche, Florianópolis.



## Agenda

**Dia 6, 10h** - Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia - Audiência pública para discutir o projeto de lei federal que regulamenta a propaganda dirigida às crianças e adolescentes

**Local:** Plenário

**Dia 7, 19h** - Sessão solene em homenagem a Mário Gentil Costa, médico, professor de Medicina aposentado da UFSC, escritor e artista plástico

**Local:** Plenário

**Dia 9, 15h30min** - Comissão de Economia - Audiência pública para ouvir as autoridades e a sociedade para discutir os reflexos da carga tributária na geração de empregos e renda

**Local:** Plenário

**Dia 10, 19h** - Comissões de Trabalho e de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública sobre saneamento ambiental (água e efluentes domésticos)

**Local:** Câmara de Vereadores de Camboriú

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Julio Garcia (PFL)

**1º Vice-Presidente:** Herneus de Nadal (PMDB)

**2º Vice-Presidente:** Djalma Berger (PSDB)

**1º Secretário:** Lício Mauro da Silveira (PP)

**2º Secretário:** Pedro Baldissera (PT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** José Paulo Serafim (PT)

**Conselho Editorial:** Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

[alnoticias@alesc.sc.gov.br](mailto:alnoticias@alesc.sc.gov.br)

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Maria Ivonete Lessa

**Edição:** Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

**Coordenadora:** Cármen Leite Rovira

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

**Assessores de gabinete:** Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortez Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tonjini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Revisão:** Verlaine Silveira

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

**Expedição:** Edna Schunacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

**Estagiários Programa Antonieta de Barros:** Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense



## Entrevista

## Legislativo percorre o Estado para ouvir população

Carlos Agne

De 6 a 10 de junho, deputados e servidores do Poder Legislativo percorrem o Estado para ouvir, nas sessões interiorizadas, as prioridades regionais que vão integrar a relação de ações e obras que a população deseja ver concretizadas pelo governo estadual no próximo ano.

Além de cumprir com a determinação da Constituição Estadual, avalia o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), a ida do Legislativo a 10 cidades - abrangendo todas as regiões -, promove maior integração entre a instituição de maior representatividade num sistema democrático e a sociedade, razão e consequência de sua existência.

Na entrevista concedida ao **ALNotícias**, Garcia reafirma a necessidade do Parlamento aproximar-se cada vez mais da sociedade e a importância do Orçamento Regionalizado.

**AL Notícias** - O senhor acredita que processo de construção do Orçamento Regionalizado está consolidado perante a sociedade?

**Julio Garcia** - O Orçamento Regionalizado é um instrumento de extrema importância que reconhece e põe nas mãos da sociedade organizada, através das lideranças comunitárias, empresariais, sindicais e políticas, a capacidade e a prerrogativa de eleger o que deve ser efetivado prioritariamente com os recursos que lhe pertencem. O processo, que antes ficava sob critérios técnicos e políticos confinados entre quatro paredes, muitas vezes definidos por pessoas que desconheciam a realidade do território catarinense, suas diferenças e necessidades, passou a ficar mais claro a partir da emenda constitucional do então deputado estadual Carlito Merss (PT), em 1997. Creio que a sistemática está consolidada, mas exi-

ge o aperfeiçoamento contínuo, no sentido de ampliar o conhecimento da população sobre as restrições e possibilidades de um Orçamento, e o respeito dos que administram recursos que provêm do trabalho desta população.

Além disso, o trabalho realizado pelo Legislativo nesta época, em que mantemos o funcionamento das Comissões ao mesmo tempo em que percorremos o Estado, sustentados logisticamente e tecnicamente pelos servidores da Casa, é essencial para a integração cada vez maior entre os catarinenses e o seu Parlamento. A interiorização dos trabalhos da Assembléia na discussão dos pleitos locais, sem dúvida, é uma grande vitória para a nossa sociedade, pois através desse processo o povo tem mais liberdade de debater e defender os interesses de sua região.

**AL Notícias** - Existe uma preocupação com a efetiva inclusão das prioridades elencadas pela população no Orçamento. Qual a sua leitura sobre isso?

**Julio Garcia** - O Legislativo está fazendo a sua parte. Os parlamentares estão indo até a população para ouvir seus anseios e discutir as principais prioridades para seus municípios e regiões. Depois desse diagnóstico geral, a Comissão responsável irá encaminhar ao governo as reivindicações para serem inseridas na peça orçamentária que também será submetida ao Parlamento, o qual poderá apresentar emendas, modificá-la ou aperfeiçoá-la. No entanto, não podemos esquecer que tudo o que o Poder Legislativo fizer com relação ao orçamento será acatado ou não pelo Poder Executivo, pois nossa decisão é autorizativa, não determinativa.

**AL Notícias** - O êxito na realização das audiências públicas se deve também às parcerias com o governo do Estado?



Isso facilita a inclusão das propostas e a realização das obras?

**Julio Garcia** - Essa integração entre Legislativo e Executivo permite a racionalização dos recursos existentes para atender as áreas da saúde, educação, lazer, infra-estrutura, meio-ambiente, entre outras fundamentais. O que se espera é que o Orçamento Regionalizado atenda a sociedade. Este é o objetivo e vamos trabalhar para ver as obras realizadas.

**AL Notícias** - Praticamente todas as regiões do estado receberão a visita dos técnicos do orçamento e dos deputados. Isso pode dar uma nova visão da população sobre o Legislativo estadual?

**Julio Garcia** - Acredito que sim. Essa aproximação com as comunidades é muito importante. Não só para o Parlamento como para o próprio desenvolvimento dos municípios e regiões. O catarinense vai estar frente a frente com os seus representantes. No entanto, mesmo com a maioria dos deputados-participando das sessões interiorizadas, a Assembléia Legislativa não pára e, na Capital, continuam os trabalhos das comissões e de realização de audiências públicas

## Herneus dá destaque ao OR



Deputado Herneus de Nadal

O vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), ocupou a tribuna na tarde do dia 1º, para falar sobre o Orçamento Regionalizado. "É através desse mecanismo que podemos elaborar a lista de prioridades dos municípios para em seguida inserir nas peças do Orçamento", explicou.

Para o deputado, através do Orçamento Regionalizado o povo tem mais liberdade de debater e defender os interesses de sua região. Além disso, assinalou, a integração entre Legislativo e Executivo fez com que o governo conseguisse racionalizar os recursos existentes para atender as áreas da saúde, educação, lazer, infra-estrutura e outros pontos fundamentais na vida da população", destacou Herneus.

"Em 2004, acompanhei de perto esse trabalho na minha região e pude ver a eficiência dos resultados, por isso afirmo que este trabalho é uma avanço para o povo brasileiro", ressaltou.

Em aparte, o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) salientou que espera que o governo cumpra o seu papel e que o Orçamento Regionalizado seja um sucesso. Dentinho preside as comissões Organizadora do Regionalizado e de Finanças e Tributação. (TM)



Deputado Wilson Vieira - Dentinho

## Carne suína deve entrar na merenda escolar

Diversos parlamentares, dirigentes da secretaria estadual de Educação, integrantes do Conselho Estadual da Merenda Escolar, representantes de órgãos da secretaria estadual da Agricultura e do segmento da agroindústria e da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS) fizeram uma degustação de carne suína, no final da tarde do dia 31, no restaurante dos funcionários da Assembléia Legislativa. Projeto de autoria do deputado Mauro Mariani (PMDB), que inclui a carne suína na merenda escolar está em tramitação na Casa.

"É um projeto importante e que amplia o hábito do consumo da carne suína. E o melhor que o há-

bito vai começar pela nossas crianças", comentou Mariani, agora secretário estadual da Infra-estrutura.

O presidente da ACCS (Associação Catarinense de Criadores Suínos), Wolmir de Souza, afirmou que vai lutar sempre para desmistificar o consumo da carne suína.

Karla Ferreira Filappi, nutricionista, disse que após acompanhar vários estudos realizados pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e por universidades catarinenses foi possível conhecer todos os benefícios e qualidades da carne. "A carne suína tem maior teor de potássio do que qualquer outra carne e menor teor de sódio, o que ajuda na pressão arterial. Tem um adicional mais elevado de fer-

ro e dependendo do corte ela se equipara ao colesterol de outras carnes", explicou a nutricionista.

Estiveram presentes para a degustação os deputados Julio Garcia (PFL), presidente da Casa; Romildo Titon (PMDB), Simone Schramm (PMDB), Gelson Sorgato (PMDB), Reno Caramori (PP), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Manoel Mota (PMDB) João Henrique Blasi (PMDB), Joares Ponticelli (PP), Herneus de Nadal (PMDB), Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido), além de representantes da Secretaria de Educação, do Conselho Estadual de Merenda Escolar e da Associação Catarinense de Criadores de Suínos. (GMP)



# Finanças quer informações sobre LDO

(foto Alberto Neves)

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), reunida na manhã de quarta-feira (1º), aprovou o parecer preliminar do relator Dionei Walter da Silva (PT), sobre o PL nº 105/05, de origem governamental, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2006. O deputado Paulo Eccel (PT), substituindo Dionei, apresentou o relatório apontando duas faltas ao que exige a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) no que trata do equilíbrio entre a receita e despesa e também à exigência do anexo de riscos fiscais.

Eccel também citou problemas relacionados ao conceito de Receita Líquida Disponível, que serve como cálculo para fins de repasses financeiros aos poderes, órgãos e entidades do Estado. “Sobre as participações percentuais, chegou até as mãos do relator o Ofício nº 34790/PJ, de procedência do Ministério Público de Santa Catarina, que solicita um aumento do percentual para a instituição, dos atuais 2,9% para 3,4%. Assim, ressalte-se que esta Casa deverá apreciar a demanda do Ministério Público sobre o aumento do duodécimo sobre a Receita Líquida

Disponível”, observou o parlamentar.

Foram aprovados os encaminhamentos propostos pelo relator que solicita a convocação do secretário do Planejamento, Orçamento e Gestão para participar de reunião no dia 15 de junho. “Queremos que ele encaminhe e explique à Comissão de Finanças e Tributação o Anexo de Riscos Fiscais, ausente no projeto, encaminhe proposta de enquadramento do projeto na LRF no que diz respeito ao equilíbrio orçamentário, explique os motivos que levaram à redução do valor da Receita Líquida Disponível, no exercício financeiro de 2004 e debata a proposta do MP do aumento do limite percentual do duodécimo.

O relatório estabelece o prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei a partir do dia 4, até as 18 horas do dia 17 de junho. Também solicita que a Coordenaria do Orçamento Estadual Regionalizado elabore e disponibilize na página eletrônica da Casa os formulários para emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias”, enfatizou Eccel.

**Prodetur** - Os deputados também aprovaram a admissibilidade do PL nº 159/05, de autoria do governo do Estado, autorizando o Poder Executivo a contratar subempréstimo junto ao Banco do



Reunião da Comissão vai ouvir secretário estadual do Planejamento, Orçamento e Gestão

Brasil para o Prodetur Sul/SC, no valor de 100 milhões de dólares. A aprovação foi favorável ao encaminhamento apresentado pelo deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), que aponta para um substitutivo global já que o Tesouro Nacional encontrou algumas incorreções no projeto atual. “É uma forma de ajudar o governo para que a lei atual seja nova-

mente examinada pois já subiu a metade da escadaria. Se aprovarmos o que o governo quer, com uma nova lei, voltaremos ao primeiro degrau”, destacou.

Participaram ainda da reunião os deputados Manoel Mota (PMDB), Antônio Ceron (PFL), Gelson Merisio (PFL), Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), Odete de Jesus (PL) e Francisco Küster (PSDB). (CA)

## Educação fará reunião especial

(foto Alberto Neves)

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), aprovou na manhã de quarta-feira (1º) a realização de reunião especial para o próximo dia 28 com o lançamento das leis estaduais nº 13.303 e 13.017.

A primeira, de autoria da deputada Odete de Jesus (PL), autoriza a Secretaria Estadual da Educação e Inovação a afixar nas salas de aula avisos com telefones para os alunos denunciarem qualquer tipo de violência ou abuso sexual cometido contra menores. A segunda, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), proíbe o consumo de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumífero nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e ensino médio.

Também foram aprovados pela Comissão o projeto de lei do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), que denomina José Moratelli, o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Dr. Fernando Ferreira de Mello, no município de Rio do Campo. Além de diligência à Secretaria Estadual de Educação para manifestação sobre proposta do deputado Antônio Aguiar (PFL), que autoriza o Executivo a instalar núcleos de assistência social nas gerências de Ensino e Inovação. A relatora da matéria, deputada Simone Schramm, esclarece que já existe nas escolas a figura do orientador educacional, que tem como



Deputados definiram o dia 28 para realizar reunião especial

atividade o serviço social da escola e o desenvolvimento dos alunos e familiares, contribuindo na solução de problemas que atingem a comunidade escolar.

**Repúdio** - Durante a reunião, a deputada Odete de Jesus “repudiou” as referências na ata da reunião de 18 de maio, relacionadas a sua intervenção, que teria sido interpretada como “acusação aos membros da comissão, em virtude da votação do Projeto de Lei nº 79/05”, que trata da liberação de venda de bebidas alcoólicas em uma única festa no ano, realizada pelas APPs (Associações de Pais e Professores). O presidente Romildo Titon considerou legítima a manifestação da

parlamentar mas reafirmou a necessidade da ata ter registrado o que realmente foi dito.

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, salientou que ele e os demais deputados discordam da atitude da parlamentar. “Nós fomos agredidos pelas declarações feitas pela deputada e sua assessoria. Uma acusação grave e distorcida de que daqui a pouco estaríamos liberando a maconha, além da bebida. Não se trata da deputada ser vítima”. A deputada Simone Schramm disse também que foi equivocada a afirmação de que havia votado favoravelmente ao projeto, uma vez que estava ausente da Comissão no momento da votação. (SD)

## Redução do recesso estará em debate este mês

A proposta de redução do período de recesso parlamentar deve ir a Plenário ainda em junho. O PEC (Projeto de Emenda Constitucional) nº 1/04, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PP), que altera o Artigo 46, da Constituição Estadual, reduz o recesso de 90 para 30 dias. De acordo com a lei atual, o período é de 90 dias, sendo 45 dias, de 15 de dezembro a 15 fevereiro, e 30 dias no mês de julho.

Na reunião de líderes realizada na quarta-feira (1º), um dos assuntos debatidos foi a proposta da petista.

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, apresentou uma emenda substitutiva que reduz o recesso de 90 para 60 dias, nos meses de janeiro e julho. “A nossa proposta foi aceita por todos os líderes e aprovada. Agora só nos resta votar”. De acordo com o pepebista, o PEC deve ir a Plenário para votação no próximo dia 15.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, concordou que houve consenso de todos os líderes sobre a emenda do deputado Ponticelli. “É um prazo razoável e é preciso que todos os deputados cheguem a um acordo. Cada deputado tem suas razões para votar, mas acredito que vamos conseguir essa redução. É uma demonstração de maturidade política de Santa Catarina”, afirmou Blasi. (GMP)



# Termina ciclo de debates sobre o Plano de Gerenciamento Costeiro

(foto Jonas Lemos Campos)



Deputados Secco, Melo, Ponticelli e Reno

O Legislativo realizou na manhã de terça-feira (31), através da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), a última audiência pública, encerrando o ciclo de debates para instituir o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. As audiências foram propostas pelo deputado Joares Ponticelli (PP), cujo projeto de lei deu entrada na Casa em junho de 2003 e foi amplamente discutido em quatro encontros realizados nos municípios de São Francisco do Sul, Itajaí, Laguna e Araranguá. Das audiências públicas foram encaminhadas sugestões e emendas para complementar a redação final do projeto.

Ponticelli relatou que em junho de 2003 apresentou o Projeto de Lei 150/03, com estudos iniciados no governo Paulo Afonso Vieira (PMDB) e na administração Esperidião Amin (PP), e agora com prosseguimento pelo atual chefe do Executivo, Luiz Henrique da Silveira (PMDB). "A legislação federal, desde 1988, estabeleceu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e, como não vimos os governos encaminharem propostas de implantação do Plano na esfera estadual, como preconiza a lei federal, resolvi fazer uma provocação com a discussão do projeto. Iniciamos com a audiência pública em São Francisco do Sul, em novembro de 2003, e hoje estamos concluindo o ciclo de debates com esse encontro na Grande

Florianópolis", observou. O deputado esclareceu que não tem nenhuma preocupação com a paternidade do projeto e não alimenta vaidade pessoal, assegurando que a matéria é muito complexa e que não deve ficar sujeito à vaidade de um parlamentar ou de grupos políticos partidários.

De acordo com o progressista, mais de 2,5 milhões de pessoas residem nos 36 municípios da costa litorânea catarinense, cerca de 40% da população do Estado, e dependem desse Plano. "Precisamos organizar o desenvolvimento e o crescimento sustentável desses municípios e temos a preocupação maior com

as gerações futuras. Para se ter idéia, um dos problemas com a falta dessa política está na maricultura, pois os produtores não podem alavancar a atividade, justamente por falta de um plano de gerenciamento", argumentou.

"Uma das grandes preocupações apontada nas audiências é o saneamento básico. Estamos a ponto de sucumbir afogados por dejetos humanos nos grandes centros urbanos. Isso está matando nossas praias, criando sérios problemas para o turismo de Santa Catarina. Precisamos encontrar solução urgente para a costa catarinense no que diz respeito ao meio ambiente", enfatizou o deputado Reno Caramori (PP).

## A opinião das lideranças

O presidente do CREA/SC (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), engenheiro Celso Ferreira, salientou a urgência da aprovação do Plano. "Não podemos mais crescer sem a aprovação dessa lei, pois o Plano representa reformas estruturais necessárias para o desenvolvimento do Estado e o crescimento sustentável de Santa Catarina", afirmou.

Para o deputado Vanio dos Santos (PT) a instituição do Plano é essencial para acabar com a confusão provocada pela "parafernália" de leis. "Há um desentendimento nos órgãos do Estado. Uns se contradizem aos outros e é premente a existência de uma lei clara, levando em consideração a necessidade da preservação ambiental", comentou. Afrânio Boppré (PT) manifestou preocupação com possíveis mudanças que o Executivo venha a promover na proposta que está em discussão. "Minha maior preocupação é com as mudanças e emendas que o projeto venha a sofrer por parte do Executivo. Há suspeita de que o capital possa ser beneficiado. Quero ver as modificações e termos de discuti-las", avisou.

A procuradora da República, Ana Lúcia Hartmann considerou o projeto de grande importância mas defende que há necessidades de adequações, pois pensa que deve ser discutido também a utilização dos bens da União, especialmente no que diz respeito à orla. "Não adianta fazer legislações que não sejam legais".

## Técnico explica conceito

O oceanógrafo e coordenador do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro, da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Alexandre Mazzer, explicou que o governo brasileiro introduziu o conceito de Gerenciamento Costeiro na administração pública na década de 80. O gerenciamento é sinônimo de administração do uso de bens ambientais costeiros, através de um sistema de planejamento e gestão integrada, descentralizada e participativa, de modo a assegurar a melhoria da qualidade de vida, a conservação e a recuperação dos recursos naturais e dos ecossistemas, em consonância com os interesses das gerações presentes e futuras.

O Estado, segundo ele, integrou-se ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro a partir de 1987, quando a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, do governo federal, decidiu pela descentralização administrativa das atividades relativas ao tema e pela valorização

dos órgãos de gerenciamento ambiental dos Estados litorâneos. "Desde então formou-se em Santa Catarina uma equipe que estuda a zona costeira catarinense", concluiu apresentando os objetivos do Programa Estadual, instrumentos de gerenciamento costeiro, nova proposta de setorização do gerenciamento costeiro no Estado, a situação atual e perspectivas da implementação do Programa e a proposta final do zoneamento ecológico econômico costeiro.

Participaram também da audiência pública os deputados Celestino Secco (PP), Simone Schramm (PMDB), Francisco Küster (PSDB), Gelson Merísio (PFL) e João Henrique Blasi (PMDB), além do diretor geral da Fatma, Sérgio Grando, do presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Florianópolis, João Batista Cruz, prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias, empresários, associações de surf, Secretarias de Desenvolvimento Regional e ONGs. (CA)

## CCJ aprova doação de cordões umbilicais

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), aprovou na manhã de terça-feira (31) dois projetos de lei apresentados pela deputada Simone Schramm (PMDB). O primeiro trata da autorização de doações de cordões umbilicais, e o segundo da criação do Banco Estadual de Material Placentário e Cordões Umbilicais para fins de transplante, pesquisa e clonagem terapêutica. Já havia sido recomendada a aprovação da matéria pelo relator, Vanio dos Santos (PT), mas o líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), pediu vista

da proposta. O deputado manifestou-se pela diligência à secretaria estadual da Saúde, mas teve rejeitada seu pleito pela maioria dos membros da CCJ, com a sua abstenção.

Simone explicou que antes da apresentação das propostas manteve contatos para aprofundar o assunto com a própria secretaria da Saúde e entidades representativas como a ACM (Associação Catarinense de Medicina). Informou ainda que, nos próximos dias, deverá estar reunida com representantes do Ministério da Saúde a fim de buscar recursos para a implementação da pro-

posta. "É necessário R\$ 1,2 milhão para o tanque de nitrogênio onde ficam armazenados os cordões", disse ela.

A aprovação dos projetos, segundo ela, trará esperanças de cura para diversas doenças como as cardiovasculares, o diabetes, a esclerose, entre outras. Atualmente, os transplantes de cordões não-familiares realizados no Brasil são feitos com material proveniente de outros países e são financiados pelo governo federal com um custo aproximado de R\$ 60 mil. Soma-se ainda o custo pelo congelamento do cordão umbilical, que é de R\$ 3 mil. (SD)



## Agricultura familiar

## Assembléia promove mais um en

Carlos Agne

A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), realizou no dia 25 uma grande discussão sobre agregação de valores na agricultura familiar, na cidade de Mafra, no Planalto Norte. A proposição foi do deputado Dionei Walter da Silva (PT) e contou com a participação do deputado Antônio Aguiar (PFL), técnicos agrícolas, prefeitos, vereadores, secretários de Agricultura e produtores rurais ligados à agricultura familiar.

Ao abrir os trabalhos, o deputado Caramori explicou que o encontro, já realizado em outras cidades do Estado, é uma grande oportunidade para serem dirimidas dúvidas sobre produtividade, socorro financeiro e técnico das propriedades. "Aqui todos têm o direito de perguntar e opinar e não queremos que qualquer pessoa saia sem resposta e com dúvidas. Nessa reunião ninguém veio prometer nada, mas estamos reunidos para

sentir os problemas que afetam o produtor", observou o presidente da Comissão.

Vice-presidente da Comissão, o deputado Dionei lembrou que a data marcava o Dia do Trabalhador Rural, sendo esse mais um motivo para discutir questões que possam resultar em encaminhamentos para a alavanca de agregação de valores, não só na renda como para a propriedade dos agricultores familiares catarinenses.

"Tempos atrás, sempre que ouvia histórias sobre financiamento de custeio já imaginava o fato de quando chegavam os recursos e eles eram distribuídos aos agricultores mais fortes. Quem precisava de dinheiro para fazer suas lavouras, na sua maioria os mini e pequenos produtores rurais, não era beneficiado. Esse é o principal objetivo de nossas reuniões e por isso contamos com representantes de órgãos do Estado e da União para tirar todas as dúvidas sobre os programas de incentivo à agricultura familiar para que possam agregar valores à renda e à propriedade", enfatizou o parlamentar.



Deputado Reno Caramori



Deputado Dionei Walter da Silva



Deputado Antônio Aguiar

## Cepa apresenta novidade

Representando o Instituto Cepa - centro de referência nas áreas de informação e planejamento para o desenvolvimento agrícola, pesqueiro e florestal -, Danilo Pereira apresentou uma novidade: o desenvolvimento e aperfeiçoamento de embalagens de produtos da agricultura familiar. "É um mecanismo que vai valorizar os produtos locais com a marca identificando a região. Isso fortalece a imagem do produto", diz. Pereira mostrou o exemplo da embalagem e rotulagem de uma cachaça de Palma Sola, no Oeste. Segundo ele, esse novo projeto, desenvolvido há pouco tempo, já recebeu quatro vezes o Prêmio Design Catarinense, beneficiando três associações de agricultores familiares.

**Conab** - O superintendente substituto da Conab, Vilmar Barbosa Dutra, explicou que a missão da instituição é contribuir para a regularidade do abastecimento e a garantia de renda ao produtor rural, destacando a realização de oito programas, entre eles o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

"Temos uma grande notícia para Santa Catarina. Estamos fazendo empenho de R\$ 3 milhões em produtos da agricultura familiar e rizicultura, através de AGFs (Aquisições do Governo Federal). Já estão destinados para o Estado cerca de R\$ 8 milhões."

As dificuldades para a produção também foram discutidas com os produtores rurais. Um exemplo é a Associação de Produtores Rurais de Campo São Lourenço, que há 10 anos, a Associação Agropecuaristas que lidam com a produção de leite, desde a extração mecanizada até a embalagem e comercialização.

Um exemplo é a Associação de Produtores Rurais de Campo São Lourenço, que há 10 anos, a Associação Agropecuaristas que lidam com a produção de leite, desde a extração mecanizada até a embalagem e comercialização. O produtor Riciéri Cigolin, em 1998 produziu 3 mil litros e com o recebimento de leite aumentaram a produtividade hoje a produzir 8 mil litros de leite. "Hoje, de 25% a 30% do leite produzida representa a agregação de valores", disse.



Dinacir largou o magistério

## Microbacias

O diretor de Políticas e Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, Ari Geraldo Neumann, representando o secretário estadual da Agricultura, Moacir Sopelsa, apresentou as ações desenvolvidas pelo governo catarinense, destacando os principais projetos a partir do programa de descentralização.

A base dos principais projetos para impulsionar a agricultura familiar é o programa Microbacias 2, cujo objetivo central é promover alívio à pobreza rural através de ações integradas que visem ao desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense de forma sustentável e com efetiva participação dos envolvidos. "O programa deve atingir 879 microbacias hidrográficas (52% das existentes) em todo o Estado", afirmou Neumann. Serão atendidos, prioritariamente, os pequenos agricultores familiares com renda de até dois salários mínimos por mês, empregados rurais e populações indígenas, totalizando 105 mil famílias residentes nas microbacias

distribuídas nos 293 municípios do Estado, através das seguintes ações:

**Ação 1** - Aproximadamente 100 mil subprojetos deverão ser apoiados com aplicação de recursos financeiros do programa, determinados pela demanda apontada nos planos de desenvolvimento da microbacia ou nos planos dos beneficiários individuais, nas seguintes linhas: 15 mil melhorias em habitações rurais; 30 mil fontes de água protegidas de contaminações; 2.350 projetos de agregação de valor ou oportunidade de empregos; 11.100 projetos de apoio ao manejo correto de dejetos suínos; 2 mil quilômetros de mata ciliar.

**Ação 2** - Capacitação, educação ambiental, extensão rural, pesquisas e estudos, gestão participativa e monitoramento ambiental, através da Epagri, na busca do desenvolvimento rural sustentável, da recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda e da inclusão social e econômica dos habitantes do território das microbacias.

**Ação 3** - Implantação do programa nos municípios priorizados por critérios sócio-econômicos e ambientais pré-estabelecidos e negociados. As ações a serem desenvolvidas nas microbacias serão definidas no plano elaborado com a participação da comunidade organizada através de projetos comunitários, coletivos ou individuais.

Neumann disse ainda que o governo também vai otimizar: projetos de Excelência Sanitária (que tratam da defesa sanitária animal e vegetal, para conquistar cada vez mais mercado, principalmente para exportação); agro-redes de apoio à rede de agro-indústrias familiares com a finalidade da melhoria de renda dos agricultores familiares; armazenagem de produtos agrícolas, para cobrir o déficit de local para estocagem de grãos e frigoríficos; Programa Beija-flor (inclusão digital); Programa Terra Boa (recuperação e conservação do solo); Projeto Florestar (estimular o reflorestamento), Leite e Carne a Pasto (leite e carne com qualidade em pastagem melhorada) e o Boa Pesca (beneficiando produtores na área da piscicultura).

## Agricultura familiar em SC

- 140.760 estabelecimentos familiares
- corresponde a 41% da área rural
- corresponde a mais de 70% da produção agrícola
- representa 71,3% do valor bruto da produção agropecuária

## Agricultura familiar no Brasil

- corresponde a 67% da produção nacional de feijão,
- 97% do fumo,
- 84% da mandioca,
- 31% do arroz,
- 49% do milho,
- 52% do leite,
- 59% de suínos,
- 40% de aves e ovos,
- 25% do café, e
- 32% da soja.
- ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais,
- produz 38% do VBP (Valor Bruto da Produção) nacional e
- ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura.





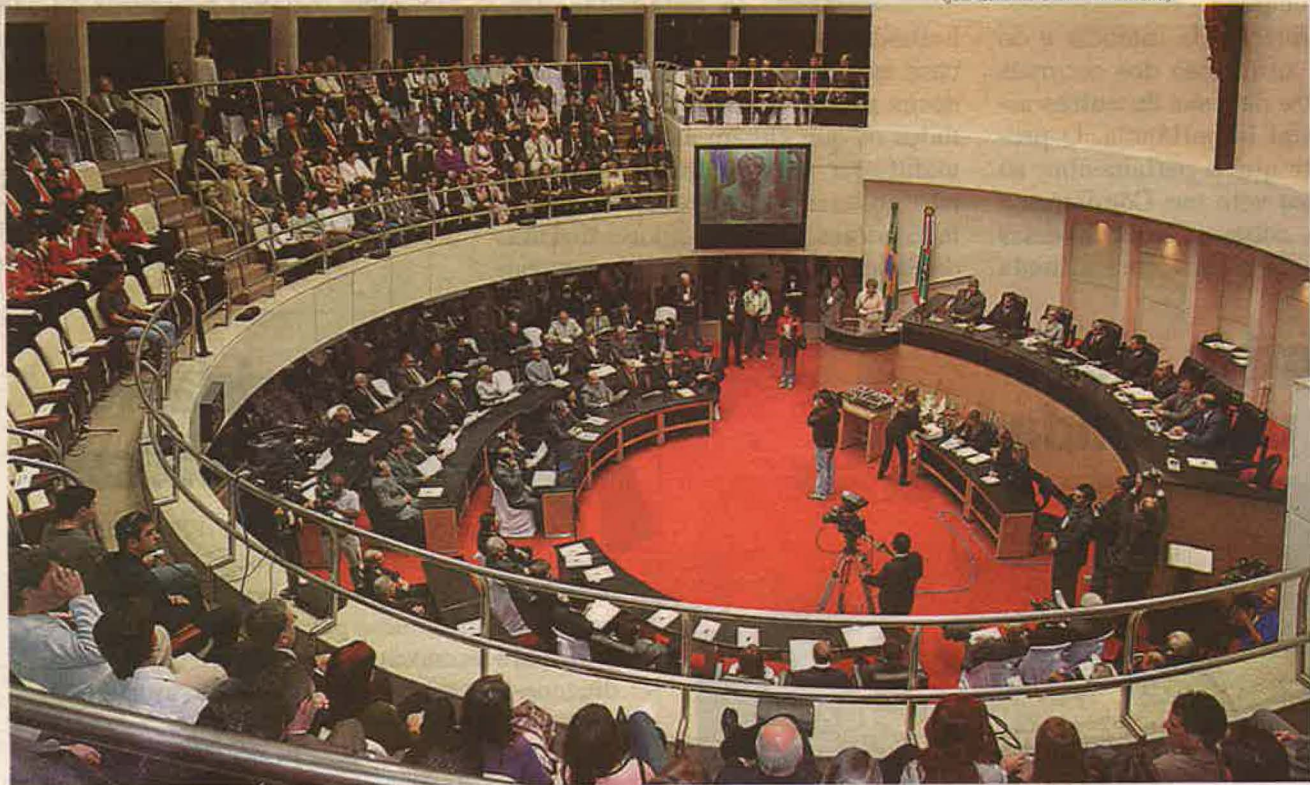
JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Retrospectiva dos fatos que marcaram o primeiro semestre

Florianópolis, 4 de julho de 2005

# Sociedade participa das deliberações

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Deputados só votaram novas leis para os catarinenses depois de ouvi-los

## Mais de 100 novas leis foram aprovadas

Durante os primeiros meses deste ano, o Parlamento realizou mais de 60 audiências públicas, cerca de metade delas fora da capital. Nestas audiências, os deputados puderam ouvir os reclames da população, trazendo para o Plenário - onde as leis são votadas - a posição mais próxima do que desejam os catarinenses. Temas fundamentais como o uso dos recursos naturais de Santa Catarina, a proteção da criança e do adolescente, a destinação de recursos para o desenvolvimento, só foram definidos e encaminhados depois que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os debateu com a sociedade.

# Deputados discutem Orçamento do Estado com os catarinenses

Durante uma semana do mês de junho, os parlamentares percorreram o Estado discutindo as prioridades de cada região para inclusão no Orçamento do Estado para 2006, nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Mais de 3 mil pessoas nas cidades de Joinville, Rio do Sul, Itajaí, São José, Criciúma, Lages, Caçador, Luzerna, Chapecó e São Miguel d' Oeste reuniram-se para eleger três prioridades nas áreas de segurança, infra-estrutura, saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento para integrar o plano de investimentos do governo estadual no próximo ano.

Confira as principais reivindicações na página 5

(foto Carlos Kilian)



População definiu onde o governo deve investir no próximo ano

(foto Keizer Vieira Marcelino)



Trabalho pela participação dos catarinenses na destinação de recursos do Tesouro é suprapartidário



Todas as regiões receberam a Assembléia para discutir suas prioridades



*Aqui se trabalha*

O Poder Legislativo catarinense tem, nos últimos cinco meses, ampliado as formas de promover a real integração entre o que realiza e o atendimento das necessidades da população, sempre buscando fomentar o desenvolvimento e garantir condições dignas de vida à população. Audiências públicas, sessões especiais e solenes, homenagens, que antes eram restritas ao espaço físico da sede da Assembleia, em Florianópolis, saíram irreversivelmente desses limites. Hoje, a população pode pleitear a presença do Parlamento em suas cidades para discutir temas os mais diversos com a certeza de que será atendida. Neste primeiro semestre de 2005, o Parlamento percorreu todas as regiões do Estado, atendendo solicitações de todos os segmentos da sociedade, através de requerimento de seus representantes. Em mais de 60

audiências públicas, os deputados estiveram presentes para debater e avaliar encaminhamentos buscando o melhor caminho e as soluções para problemas referentes às áreas de segurança pública, saúde, educação, trabalho, agricultura, administração e distribuição dos recursos estaduais, proteção da infância e do adolescente, utilização dos recursos naturais, entre dezenas de outros assuntos de vital importância. O processo permite que o parlamentar, ao manifestar seu voto nas Comissões e em Plenário, sobre as mais diversas propostas, o faça de forma afinada

**"A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, estou certo disso, tem cumprido com o seu dever constitucional, moral e ético, trabalhando pelos catarinenses. Não é admissível, aliás, outro comportamento do Poder mais representativo da Democracia".**

com os reclames e necessidades dos cidadãos aqui representados. Além de percorrer o território estadual, o Legislativo manteve suas portas abertas, tanto a manifestações surgidas muitas vezes de forma inesperada e sem programação, quanto aquelas previamente agendadas. Trabalhadores, empresários, donas de casa, estudantes, aposentados, servidores públicos, agricultores, enfim, todos os que vieram a esta Casa para manifestar seus pleitos, o fizeram. E não poderia ser diferente. Enquanto legisladores - e fiscalizadores dos atos do Poder Executivo -, precisamos sem-

pre estar integrados ao que deseja a sociedade, prontos para atender suas reivindicações naquilo que é de nossa alçada. No âmbito das ações institucionais, além da implementação de fóruns parlamentares para acompanhar os mais diversos assuntos, a Casa tem atuado diretamente em projetos de inclusão social, como o Programa Antonieta de Barros - destinado a trazer para o mercado de trabalho os jovens em situação de risco -, e estimulado a ampliação dos projetos da Escola do Legislativo. Em qualquer circunstância, sobre matérias polêmicas ou não, aqui trabalhamos pelo bem público, produzindo leis e mediando junto aos governos estadual e federal o encaminhamento de soluções ou de ações.

**Deputado Julio Garcia (PFL)**  
**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**

## Poder Legislativo elege presidente por unanimidade

Em fevereiro, na primeira eleição para escolha do presidente do Poder Legislativo e da Mesa da Casa, realizada com voto aberto e nominal, o deputado Julio Garcia (PFL) foi eleito com os votos dos 39 deputados, além do seu. "Não houve sobreposições de negociatas e interesses pessoais. Nesta eleição, vitorioso foi o Parlamento. E uma eleição com a totalidade dos votos aumenta ainda mais meu compromisso", avaliou Garcia na oportunidade.

Já como presidente, ele conduziu a votação que escolheu os demais nomes que compuseram a Mesa. Apresentados em chapa única no rastro do entendimento para a Presidência, foram confirmados, pelos 40 parlamentares, o peemedebista Herneus de Nadal, para a 1ª vice-presidência, o tucano Djalma Berger, como 2ª vice-presidente, o progressista

Lício Mauro da Silveira, para 1º secretário, o ex-líder da bancada do PT, deputado Pedro Baldissera, como 2º secretário, o deputado Valmir Comin (PP), para 3º secretário, e o petista José Paulo Serafim no cargo de 4º secretário. Com a licença de Berger para as-

sumir a Secretaria Municipal de Obras de Florianópolis, foi eleito o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) para ocupar a vaga.

No início de março, os parlamentares definiram a composição das 14 comissões técnicas permanentes da Casa.



Eleição de Garcia foi a primeira com voto aberto

(foto Carlos Kilian)

## Escola do Legislativo forma agentes políticos

O deputado Celestino Secco (PP) assumiu a direção da Escola do Legislativo no dia 22 de fevereiro de 2005 e irá administrá-la até 2007. Dentre as mudanças pretendidas pela nova administração, a principal é reconceituar a dimensão da Escola, conduzindo-a a exercer o seu papel de instrumento de mediação entre os anseios das pessoas.

A Escola realizou dois seminários: o "I Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos", em Florianópolis, que reuniu mais de 600 participantes, e o "I Programa Regional de Formação de Agentes Políticos", na cidade de Criciúma, com cerca de 200 pessoas.

Na área de ensino a distância, a Escola conta com a importante parceria do Programa Interlegis, do Senado Federal, com quatro cursos em andamento monitorados por estagiários universitários. Para os legislativos municipais, a Escola tem buscado o relacionamento direto, como aconteceu na reunião com os representantes das associações de vereadores do Estado, que teve o objetivo de conhecer as necessidades e contribuir para o aprimoramento das Câmaras.

Para promover a cooperação técnico-científica e cultural, a Escola assinou protocolos de intenção com institutos, universidades, governo e ONGs.

### JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

#### Mesa

**Presidente:** Julio Garcia (PFL)  
**1º Vice-presidente:** Herneus de Nadal (PMDB)  
**2º Vice-presidente:** Nilson Gonçalves de Souza (PSDB)  
**1º Secretário:** Lício Mauro da Silveira (PP)  
**2º Secretário:** Pedro Baldissera (PT)  
**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)  
**4º Secretário:** José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

## Deputados lutam contra aumento de impostos

A luta contra a Medida Provisória 232, do governo federal, editada em dezembro do ano passado, com a finalidade de elevar a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de 32% para 49% para as prestadoras de serviços, também mobilizou o Parlamento.

Considerada inconstitucional

em vários dos seus artigos, a MP acabou sepultada, mas antes disso a Assembleia catarinense constituiu o Fórum Parlamentar que levou o debate aos catarinenses. Coordenado pelo vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), que o propôs juntamente com o deputado Francisco Küster (PSDB), o Fórum ouviu agricultores,

prestadores de serviço, OAB, empresários, associações, federações e cooperativas agrícolas.

Manifestações e estudos apresentados pelos participantes redundaram na decisão unânime de pedir aos congressistas, principalmente à bancada catarinense, a inadmissibilidade da matéria em regime de urgência e a rejeição da MP por inconstitucionalidade.



Audiências públicas

# Parlamentares ouvem a população em audiências públicas

Para saber o que os catarinenses querem e precisam para ter mais qualidade de vida, o Parlamento realizou mais de 60 audiências públicas, que também apuraram denúncias e temas polêmicos. Confira, a seguir, os principais assuntos levados à discussão através das Comissões Permanentes.

(foto Solon Soares)

## Parlamento fiscaliza repasse de verbas

Com a finalidade de discutir o desvio de R\$ 12 milhões em recursos da Casan, repassados ao município de Joinville, a Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia realizou em maio audiência pública, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT).

O encontro discutiu supostas irregularidades no repasse de verbas destinadas às obras de saneamento do município. Participaram o presidente da Casan, Walmor de Lucca, o secretário municipal de Finanças, Adelir Hercílio Alvez, representando o prefeito de Joinville, Marco Tebaldi (PSDB), e o presidente do Sintae (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Água e Saneamento), Odair Rogério Silva.

A prefeitura de Joinville apresentou

uma análise da prestação de contas à Casan, mostrando que os serviços executados, conforme determinação do contrato de gestão, não eram compatíveis com documento fiscal constante na prestação de contas, como por exemplo o uso da mesma nota de empenho para dois contratos diferentes.

O presidente da Casan afirmou que a empresa recebeu apenas um relatório, e não a prestação de contas, e diante das denúncias do deputado Dentinho o presidente instalou uma auditoria interna para verificar se a aplicação dos recursos repassados está de acordo com o programa previsto.

Visando a apurar a prestação de contas no período 2003/2004, o deputado Dentinho encaminhou solicitação ao TCE (Tribunal de Contas do Estado).



Representantes de estatais e do governo compareceram às diversas vezes na Assembleia

## Assembleia defende comunidades

(foto Solon Soares)



Comunidade de escola de Palhoça trouxe posição contrária a projeto em reunião da CCJ

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), deu a garantia de que os produtores catarinenses de erva-mate não sofrerão os efeitos da Portaria 44/93, que determina a necessidade de emissão da ATPF (Autorização para Transporte de Produto Florestal). A garantia foi dada pelo Ibama em março, durante a realização de audiência pública pela Comissão, atendendo requerimento de seu presidente.

**Terreno** - Em abril, a CCJ discutiu a posição contrária da Escola Estadual Ivo Silveira, no município de Palhoça, ao Projeto de Lei nº 466/02, de autoria do Executivo, que autorizava a doação àquele município de parte de um terreno

onde está instalada a escola para implantação de um terminal urbano rodoviário municipal. O projeto foi arquivado uma semana depois, atendendo justa reivindicação da comunidade escolar.

**Oleiros** - Os Oleiros da Região Oeste e do município de Canelinha foram ouvidos pela Comissão em maio, a pedido do deputado Herneus de Nadal (PMDB). Eles pediram apoio à aprovação do projeto de lei que simplifica o licenciamento ambiental de áreas com até 2,5 hectares utilizadas para a extração de barro vermelho. Na mesma data, a CCJ realizou a primeira discussão sobre a instituição da defensoria pública em Santa Catarina, atendendo solicitação do deputado Paulo Eccel (PT).

## Legislativo debate educação

Presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), a Comissão de Educação, Cultura e Desporto realizou cinco audiências públicas. A unificação das datas de realização dos vestibulares em universidades públicas, proposta pelo deputado Onofre Santo Agostini (PFL) foi uma delas. Ele justificou esta unificação como forma de evitar o preterimento de candidatos carentes aos mais abastados em instituições de terceiro grau, principalmente em Santa Catarina.

A situação funcional das merendeiras, serventes e vigias de escolas públicas estaduais também foi tema de debate na Comissão, já que a contratação desses profissionais foi considerada ilegal pelo Tribunal de Contas do Estado. A proposta do

governo é de terceirização, enquanto o Sinte defende o concurso público com critérios especiais.

A alteração do número de conselheiros suplentes, de quatro para sete, nomeados da mesma forma que os conselheiros titulares do CEE (Conselho Estadual de Educação), foi discutida por solicitação do deputado Paulo Eccel (PT), relator do Projeto de Lei nº 92/05, governamental, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino em Santa Catarina.

A deputada Ana Paula Lima (PT) coordenou a reunião que contou com as presenças dos deputados Antônio Ceron (PFL) e Simone Schramm (PMDB), além de estudantes e o representantes dos trabalhadores em Educação.

(foto Jonas Lemos Campos)



Comissão de Educação trouxe para o debate representantes da área em todos os níveis



# Assembléia promove valores e cultura de Santa Catarina

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A Assembléia Legislativa, neste primeiro semestre, manteve as portas abertas para os mais diversos tipos de manifestações e reconhecimentos.

Em março, abrigou a feira para alertar o consumidor mostrando atividades desenvolvidas por órgãos e entidades que têm sido os principais aliados dos cidadãos na conscientização e defesa de seus direitos. Foram lembrados os 15 anos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

A campanha contra a adulteração de combustíveis, que visa buscar a conscientização para que a população denuncie irregularidades, também foi realizada na Alesc. A Lei nº 13.325/05, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), dispõe sobre a comercialização de combustíveis ao consumidor final e destina-se a fiscalizar os postos de combustíveis que ficam obrigados a exibir o nome da empresa fornecedora.

A defesa do contribuinte também teve espaço no Legislativo. O Projeto de Lei que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina, em tramitação, visa estabelecer uma lei com normas gerais aplicáveis na relação do contribuinte com os agentes da administração



Medalhas sintetizam reconhecimento aos cidadãos que ajudam a construir o nosso Estado

tributária. É resultado de várias propostas, entre elas de parlamentares e de entidades como a Fiesc, OAB e Conselho das Federações Empresariais do Estado.

Debater o Programa Microcrédito de Santa Catarina, que tornou-se referência nacional, e elaborar novas propostas para incrementar ainda mais o microcrédito no Estado foram os objetivos do I Fórum Catarinense de Microcrédito, realizado no

Plenário em maio.

Através da Escola do Legislativo, foi promovido o I Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos. A ética na política, na administração, no serviço público, as implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal, o papel e a responsabilidade de legisladores, prefeitos e servidores públicos foram os temas discutidos.

A Alesc também se mobilizou para

debater assuntos ligados ao Mercosul. Com as presenças de autoridades do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, foi realizado no final do mês de maio o IV Fórum do Corredor Bioceânico Central e I Seminário sobre Recursos Hídricos do Mercosul (Aqüífero Guarani).

O evento foi uma promoção conjunta com a UPM (União de Parlamentares do Mercosul) e o tema central foram as ações a serem desenvolvidas para a implantação do Corredor Bioceânico Central, ligando a costa brasileira do oceano Atlântico ao oceano Pacífico, no Chile, constituindo-se no eixo de integração da América do Sul, através de ferrovias, portos, hidrovias e rodovias.

**Homenagens** – Além disso, foram realizadas 22 sessões solenes para prestar homenagens a pessoas, instituições e personagens da história do Estado. Entre elas, destacam-se a outorga de Medalha de Mérito Cruz e Sousa, concedida a pessoas físicas e jurídicas que realizaram trabalhos na defesa da raça negra; a Medalha de Mérito Parceria Comunitária; entregue a personalidades ou empresas que prestaram serviços voluntários, e ainda a Medalha Carl Hoepcke, oferecida aos empresários que contribuíram para o desenvolvimento do nosso Estado.

## Deputados querem garantir direitos da criança e do adolescente

(fotos arquivo CMB)

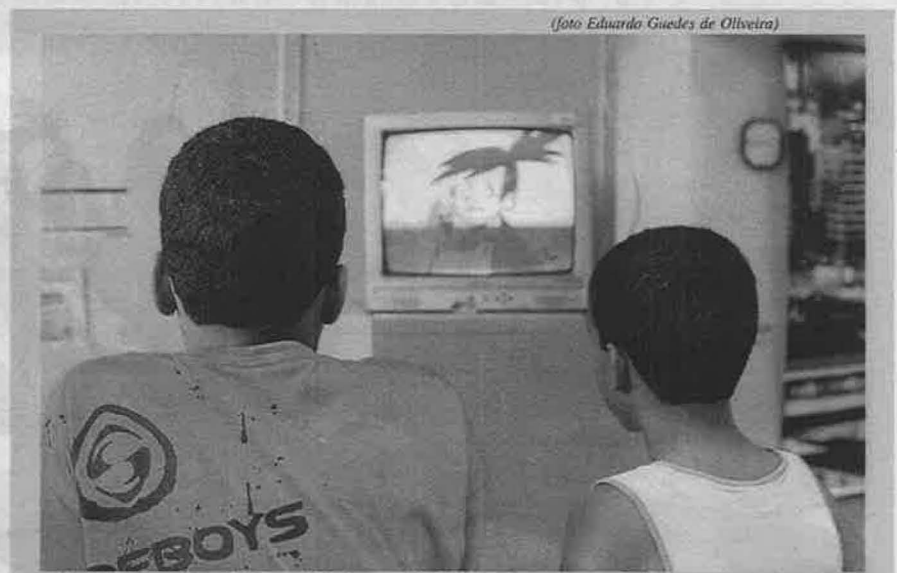
Em audiência pública especial, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), avaliou os resultados da Jornada pela Infância e Adolescência Protegidas, realizada em diversas cidades desde o ano passado. A Assembléia Legislativa – através da Comissão – participou de todas elas na qualidade de parceira do Ministério Público Estadual, governos estadual e municipais, além de Conselhos Tutelares e organizações não-governamentais.

Durante o evento, foram entregues termos de compromisso assinados pelos municípios onde foram realizadas as Jornadas. São documentos que ratificam o compromisso do poder público e da sociedade civil catarinense, com ações voltadas às crianças e aos adolescentes.

Segundo Gonçalves, a Comissão trabalhou em conjunto com o MPE (Ministério Público Estadual), que formulou uma cartilha com os problemas apresentados em cada um dos municípios representados nas audiências. O tema foi debatido em Chapecó, Lages, Itajaí, Joinville, Florianópolis, Palhoça e Criciúma.



**Disque-Denúncia** – Foi lançado oficialmente – em conjunto com a Comissão de Educação –, o Disque Denúncia resultante de lei de autoria da deputada Odete de Jesus (PL). O número – 13303 – deve ser afixado em todas as salas de aula das escolas estaduais e municipais, para denunciar a prática da violência e abuso sexual infanto-juvenil. A Lei nº 13.303, de 20 de janeiro de 2005, preserva o anonimato do denunciante.



Programas de maior qualidade na televisão estiveram em debate

## Fórum quer mais qualidade na TV

A qualidade dos programas de televisão, principalmente aqueles destinados à criança e ao adolescente, foi debatida pelo Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia, presidido pelo deputado Paulo Eccel (PT).

Há três anos a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em parceria com instituições da sociedade civil, deu início à campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", cujo objetivo é defender uma mídia de qualidade na TV brasileira. O tema vem

sendo discutido em todas as Assembléias Legislativas do país e especialmente agora, quando o debate volta-se para a regulamentação da propaganda dirigida às Crianças e Adolescentes.

Projeto de Lei nº 1.600/03, que estabelece um Código de Ética para a TV Brasileira e cria a Comissão Nacional pela Ética na Televisão, tramita no Congresso Nacional. Com a aprovação do projeto, o Fórum pretende discutir em audiências públicas proposta que proíba a propaganda dirigida às crianças e aos adolescentes.



## Audiências públicas

## Deputados lutam para fortalecer a agricultura

Os problemas da agricultura familiar, a agricultura orgânica, a agregação de valor e renda nas propriedades, uma nova portaria para a comercialização da banana catarinense e a discussão na busca de medidas emergenciais para a seca que afetou o Estado levaram os parlamentares a várias regiões no primeiro semestre. A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), realizou ciclos de audiências públicas objetivando proporcionar informações aos produtores rurais sobre o crédito agrícola e fundiário, além de traçar um diagnóstico da atividade em Santa Catarina.

A pior seca registrada em 43 anos, que atingiu o Oeste e Meio-oeste catarinense no começo do ano, prejudicou mais de 100 mil famílias e deixou 150 municípios em estado de emergência. Isso fez com que a Comissão se deslocasse para a região, promovendo audiências públicas a fim de encontrar soluções para amenizar os prejuízos.

**Orgânica** - Outro tema de grande importância discutido pelos deputados e produtores rurais catarinenses foi a agricultura orgânica. A audiência pública proposta pelo deputado Afrânio Boppré (PT) e realizada em 16 de maio, avaliou a

situação do setor e procurou encontrar mecanismos para a evolução da atividade no Estado.

Outra grande discussão, proposta pelo vice-presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Dionei Walter da Silva (PT), foram os seminários sobre agricultura familiar em Santa Catarina. Técnicos dos governos estadual e federal responderam questionamentos, dirimindo dúvidas sobre produtividade, crédito, socorro financeiro e técnico das propriedades e encaminhamentos para a alavanca de agregação de valores. Foram cinco seminários, nas cidades de Bom Jardim da Serra, Mafra, Guaramirim, Dona Emma e Saleté. Até o final do ano, acontecem seminários nas cidades de São Joaquim, Bom Retiro, Santa Teresinha e Pouso Redondo.

**Bananicultura** - Duas audiências foram realizadas, por solicitação dos produtores de banana, para modificar a Portaria 96, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que restringia o trânsito da banana e de mudas da fruta entre os estados que estão em área livre ou de migração de risco da doença sigatoka negra. Realizados em Florianópolis



Mobilização de agricultores prejudicados pela seca contou com participação do Legislativo

e Jaraguá do Sul, com a presença de técnicos do governo federal, os encontros redundaram na edição de uma nova proposta que normatiza a comercialização da banana em todo o país.

**Rizicultores** - A situação dos produtores de arroz, que estão acumulando prejuízos decorrentes das importações, provocou a criação do Fórum Parlamentar da Ri-

zicultura, presidido pelo deputado Manoel Mota (PMDB).

Moção de autoria do presidente Julio Garcia (PFL) foi aprovada e enviada ao ministro da Agricultura e ao Fórum Parlamentar Catarinense. No documento, Garcia pede que o governo federal disponibilize, com urgência, instrumentos de política agrícola que permitam a recuperação do setor.

## População define com deputados as principais obras para 2006

Orçamento Estadual

**Região de Joinville**

- Aumento da capacidade das rodovias que cortam o município e as suas imediações, como a SC-415 (terraplanagem) e a construção da Rodovia da Costa do Encantado, que ligará a região a cidades turísticas como Itapoá e Barra Velha.

**Região de Jaraguá do Sul**

- Ampliação do Hospital São José e Hospital Jaraguá, no município de Jaraguá do Sul, e Hospital Santo Antônio, de Guaramirim.

**Região de Mafra**

- Implantação de agroindústria no meio rural.

**Região de Lages**

- Implantação de sistema de atendimento de radioterapia e ressonância magnética.

**Região de São Joaquim**

- Aterro sanitário.

**Região de Curitiba**

- Implantação ou adaptação de centros de referência regionais para atendimento em diagnóstico e terapia.

**Região de Caçador**

- Terraplanagem e pavimentação de trecho perimetral norte, em Caçador.

**Região de Canoinhas**

- Implantação de hospital regional de atendimento em urgência/emergência.

**Região de Videira**

- Restauração e pavimentação da SC-303, trecho Vi-

**Região de Rio do Sul**

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão de diversos trechos de rodovias em Rio do Sul.

**Região de Ituporanga**

- SC-428 - terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho entre Imbuia e Leoberto Leal.

**Região de Ibirama**

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho entre o município de Lontras e Rio do Sul.

**Região de Itajaí**

- Ação 2000. Construção do campus da Udesc em Balneário Camboriú.

**Região de Brusque**

- Implantação ou adaptação de centros de referência regionais para atendimentos, diagnósticos e terapia.

**Região de Blumenau**

- Implantação de um hospital regional de atendimento em urgência e outras especialidades.

**Região de Campos Novos**

- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.

**Região de Concórdia**

- Implantação de rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.

**Região de Joaçaba**

- Implantação de Hospital Regional com setor de emergência.

**Região da Grande Florianópolis**

- Capacitação das áreas de conhecimento do ensino fundamental.

**Região de Chapecó**

- Conclusão de habitações urbanas isoladas ou em conjuntos habitacionais.

**Região de São Lourenço do Oeste**

- Tratamento de efluentes do sistemas de abastecimento de água.

**Região de Xanxerê**

- Ampliação de rede de eletrificação rural.

**Região de São Miguel d'Oeste**

- Implantação do Hospital Regional.

**Região de Dionísio Cerqueira**

- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final de esgoto sanitário.

**Região de Palmitos**

- Terraplanagem e pavimentação da SC-469, trecho São Carlos/Saudades, acesso a Cunhataí.

**Região de Maravilha**

- Reurbanização de áreas isoladas.

**Região de Criciúma**

- Hospital Regional de atendimento em urgência.

**Região de Tubarão**

- Estruturar o Centro de Referência Regional para atendimento em diagnóstico e terapia.

**Região de Araranguá**

- Hospital Regional com atendimento de urgência e demais especialidades.

**Região de Laguna**

- Implantação do Hospital Regional de atendimento em urgência e outras especialidades.



## Audiências públicas

# Assembléia quer disciplinar recursos naturais

Tendo entre seus objetivos principais a adequação às normas federais, o projeto de lei de origem governamental, que define a Política Estadual de Recursos Hídricos, está em debate. Conforme explicou o diretor do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Sustentável, Hector Muñoz, em audiência pública promovida em abril pela CCJ, o PL nº 292/04 propõe a criação do Departamento Estadual de Recursos Hídricos e substitui a Lei nº 9.022/93, que instituiu o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Além disso, altera a Lei nº 9.748/94, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos. Segundo ele, havia a ne-

cessidade de as normas estaduais se ajustarem às federais, elaboradas em 1997.

**Aqüífero** - A preocupação com os recursos hídricos do Estado também foi demonstrada pelos parlamentares durante seminários organizados pelo Fórum Parlamentar Permanente de Preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aqüífero Guarani, presidido pelo deputado Pedro Baldissera (PT).

Os seminários informaram a população sobre a situação da Bacia do Rio Uruguai e Aqüífero Guarani - principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e que tem parte de sua área localizada em Santa Catarina.

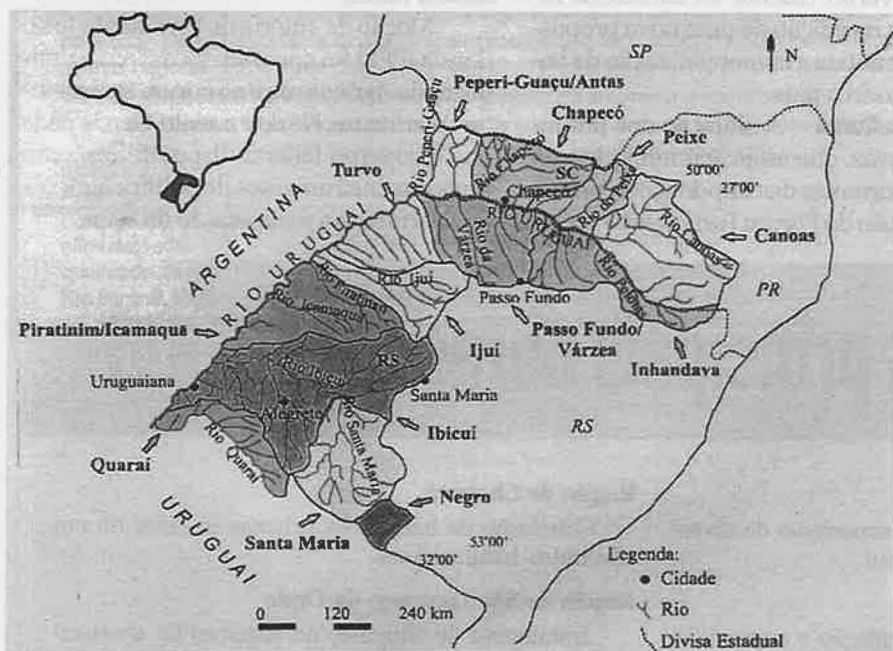
Durante os anos de 2003 e 2004, 14 municípios puderam discutir ações de preservação ambiental e soluções para problemas da degradação da natureza. O ciclo de seminários terminou no dia 15 de abril, na cidade de Maravilha. Este ano também foram realizados seminários em São Lourenço do Oeste, Videira e Caçador.

Baldissera também foi empossado como presidente do Fórum Permanente das Águas, instalado em 22 de março. Na solenidade, ele declarou que o novo Fórum vai poder deflagrar ações em todo o Estado e não apenas nos municípios que abrangem a Bacia do Rio Uruguai e o Aqüífero Guarani.



(foto Solon Soares)

Uso da água na agricultura é uma das questões mais importantes em discussão



## Deputados avaliam contratos da Casan

Por proposição do deputado Paulo Eccel (PT), nos meses de maio e junho as Comissões de Turismo e Meio Ambiente - presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB) -, e de Trabalho, Administração e Serviço Público - presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), promoveram sete audiências públicas em que estiveram presentes - além de deputados -, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, líderes comunitários, técnicos e diretores da Casan para definir questões referentes à renovação do contrato de concessão para a exploração dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico entre a Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) e alguns municípios. Os contratos assinados nos anos 70 tinham duração de 30 anos, e a maioria já expirou ou está próxima disso. A resistência na renovação em

várias cidades deve-se, em muitas das vezes, ao fato de que houve pouco investimento em redes de esgoto.

A Casan tem proposto um sistema de gestão compartilhada, em que o município seria o executor das obras e a Companhia a financiadora. A modalidade pressupõe a criação de um Fundo Municipal de Água e Esgotos, que receberia 50% do lucro líquido da Casan no município - um fundo rotativo contínuo para uso na ampliação e melhoria dos serviços. O Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Santa Catarina defende a gestão compartilhada, pois acha que a municipalização dos serviços pode levar à privatização. Foram realizadas audiências em Camboriú, São Joaquim, São João Batista, Imbituba, Chapecó, Caçador e Joinville.

## Parlamentares querem prioridade para saúde pública

(foto Solon Soares)

A Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Antônio Aguiar (PFL), debateu ações para conter o surto do mal de Chagas - atendendo pedido da deputada Odete de Jesus (PL) - em audiência pública realizada em março, com a participação de representantes das secretarias estaduais da Saúde e da Agricultura e da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Na época, 30 casos e cinco mortes foram confirmados.

Outro tema abordado foi a discussão da implantação do Plano de Saúde para os servidores públicos estaduais, através do Projeto de Lei nº 13.334/05. A audiência pública, realizada no dia

19 de abril, reuniu representantes dos servidores públicos e sindicalistas.

**Ato médico** - Em maio, as galerias do Plenário ficaram lotadas para a discussão do Projeto de Lei nº 25/02, apresentado pelo médico e então senador catarinense, Geraldo Althoff (PFL), com o objetivo de normatizar os procedimentos médicos. A proposta que tramita no Senado define como atos exclusivos dos médicos o diagnóstico e a prescrição do tratamento das doenças humanas.

Na reunião foi aprovada moção contrária à proposta da forma como estava, acatando manifestação de 14 categorias pro-

fissionais que desde o princípio vêm se posicionando contra a fórmula adotada pelo ex-senador. A moção foi encaminhada ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), e à senadora Lúcia Vânia (PSDB), relatora do projeto.

**Perícia** - Em junho, audiência requerida pelo deputado Paulo Eccel (PT) debateu as denúncias de descaço do serviço de perícia médica do INSS. A superintendência do INSS informou que os problemas remontam há mais de 80 anos, os médicos estão na faixa de idade de 54 anos e a maioria está se aposentando. Outra grande parte é de médicos credenciados (terceirizados).



Debate sobre regulamentação do ato médico lotou galeria



# Parlamento aprova mais de 100 novas leis

(foto Jonas Lemos Campos)

O primeiro semestre terminou com mais de 100 novas leis aprovadas pelos parlamentares. No começo do ano, o Legislativo apreciou um pacote de 16 matérias que integravam a reforma de Estado, preconizada pelo governo.

O Projeto de Lei Complementar nº 01/05, que tratava da Reforma Administrativa, principal item da pauta, foi aprovado com 82 emendas, sendo 10 parlamentares e outras 72 geradas a partir de sugestões de órgãos públicos e da sociedade civil, recolhidas durante audiências públicas. Entre as matérias aprovadas estão as que criaram o Fundo Social, as Organizações Sociais, a Invesc (Santa Catarina Participações e Investimentos S/A), e o Fundo de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais.

**Indenização** - Uma das mais importantes iniciativas do Parlamento foi a aprovação da emenda constitucional que permite ao Estado indenizar os agricultores que estejam em terras declaradas indígenas. De autoria do deputado Pedro Baldissera (PT), foi promulgada pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL) no dia 29 de junho.

Na lista das novas leis estão ainda: a normatização de cobrança em estacionamentos de *shoppings centers*; a instituição do Parlamento Jovem Catarinense, que preconiza a participação de alunos de escolas públicas em atividades do Parlamento; ampliação das bolsas de estudo de nível superior para alunos carentes; autorização para criação do Banco de Cordões Umbilicais (células tronco); destinação de subvenção aos bombeiros voluntários, entre outros.



As votações em Plenário, mesmo depois dos debates em audiências e comissões, ainda exigem muitas discussões

## Deputados discutem carreira e salários

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), realizou seis audiências públicas. Uma delas reuniu representantes do governo estadual na área da saúde e servidores de diversos municípios cobraram a agilização do processo de implementação do plano de cargos e salários, que está sendo discutido por uma comissão composta por representantes do sindicato da categoria, secretarias da Administração e da Saúde.

Problemas no quadro de funcionários da Celesc também foram tratados pela Comissão em audiência requerida pelo deputado Paulo Eccel (PT). Participaram o presidente da estatal, Carlos Rodolfo Schneider, representantes do Sinergia, Ministério Público e Procuradoria Geral do Estado, o deputado federal Mauro Passos

(PT-SC), além dos deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), João Henrique Blasi (PMDB) e Vanio dos Santos (PT).

**Mediação** - A Assembléia também mediou alguns confrontos, no transporte coletivo da Grande Florianópolis, com relação ao acordo coletivo entre trabalhadores e empresas, e quanto à crise sobre os preços das tarifas, também na capital.

Em junho, foi discutida a inclusão de um profissional de nível superior com formação específica em Administração e Segurança de Trânsito em Órgãos de Ensino, Direção, Julgamento e Fiscalização de Trânsito, nas repartições públicas e privadas. O requerimento foi do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), autor do Projeto de Lei nº 231/04, nascido de sugestão encaminhada por alunos da Univali.

(foto Salton Soares)



Diversas categorias levaram suas reivindicações aos parlamentares

## Comissão debate uso de araucárias e das unidades de preservação

Em abril, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), promoveu debate sobre a possibilidade de cessão de araucárias para uso na construção de casas populares no município de Paniel. A utilização foi sugerida pelos deputados Nelson Goethen (PFL), Reno Caramori (PP), Simone Schramm (PMDB) e Ana Paula Lima (PT).

A Comissão também mediou a realização de um novo ciclo de audiências públicas realizado em junho nos municípios de Ponte Serrada, Passos Maia e Abelardo Luz para discutir a criação das Unidades de Preservação em 12 municípios das regiões Oeste e Meio-oeste.

O presidente da Comissão, ao avaliar os encontros, afirmou que há necessidade de novas audiências para discutir o assunto. Mais de nove mil agricultores estiveram presentes para discutir o assunto.

**Rio Canoas** - Com a mobilização promovida pela Comissão, por iniciativa de Godinho, em audiência realizada em maio, a Alesc encaminhou moção à ANA (Agência Nacional de Águas) e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para que reveja a Resolução 399, que acabou por federalizar o Rio Canoas.

Representantes do governo estadual e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Canoas elaboraram detalhados relatórios, mostrando a con-

tradição da norma. Na avaliação dos presentes, Resolução foi editada para solucionar problemas referentes a outras regiões do País, que acabou por prejudicar Santa Catarina.

Resultado de audiência requerida pelo deputado Paulo Eccel (PT) e realizada em Brusque, a Fatma foi incumbida de efetivar estudo para investigar se e quais empresas estariam jogando, diretamente no rio Itajaí-mirim, detritos químicos sem tratamento adequado, e estariam provocando mau cheiro em bairros de Brusque. A Comissão mandou uma cópia do laudo pericial da Fatma à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e ao escritório da Fatma no município, além de um novo parecer, com complementos.

No mês de maio, em audiência requerida e presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), ficou decidido que serão solicitados o embargo do corte das árvores e uma prestação de contas sobre a venda da madeira do Parque do Rio Vermelho, em Florianópolis. O encontro reuniu representantes da comunidade local nas dependências do Parque. Os pinus foram plantados na região na década de 60 e, da forma como estavam sendo derrubados, o restante da vegetação nativa estava sendo destruído, conforme explicaram os moradores. Estaria havendo, de acordo com eles, falta de preparo técnico aos responsáveis pelo corte das árvores. A conclusão foi encaminhada ao governo do Estado.



# Parlamentares mobilizam-se por obras em rodovias

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O primeiro semestre de 2005 foi de intensa movimentação para os deputados da Alesc, na mobilização para conseguir melhorar as rodovias de Santa Catarina. Eles participaram de diversos encontros, em diferentes regiões do Estado, onde compareceram representantes dos governos estadual e federal e lideranças políticas, comunitárias e empresariais, entre outras.



Audiência pela SC-447 reuniu lideranças do Sul.....



.....que ao final entregaram documento com a reivindicação ao vice-governador

## Pedágio na BR-470

Durante encontro em 6 de abril, promovido pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano – presidida pelo deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), foram apresentados dois modelos de duplicação da BR-470. Um pela Fiesc (Federação das Indústrias de Santa Catarina), que propõe a duplicação com recursos públicos e participação da iniciativa privada, outro pela Fetranesc (Fe-

deração dos Transportadores de Cargas de Santa Catarina), que faz o processo inverso: construção pela iniciativa privada com participação de recursos públicos. Os dois modelos adotam a cobrança de pedágio.

A rodovia tem 335 quilômetros, de Navegantes até a divisa com o Rio Grande do Sul, e é considerada importante corredor de escoamento da produção catarinense.

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



A duplicação da BR-101 não sai da pauta até se concretizar

## Duplicação da BR-101

Os projetos de duplicação da rodovia foram apresentados por engenheiros do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes) durante audiência pública no dia 11 de março, em Tubarão, e que reuniu cerca de 100 participantes.

Dividida em nove lotes, a obra de duplicação estende-se por 342,5 quilômetros, entre Palhoça (SC) e Osório (RS), totalizando R\$ 1,1 bilhão, incluindo estradas vicinais, pontes – num total de 14 somente em Santa Catarina –, passarelas e viadutos.

## Implantação da SC-447

Um grande passo para a realização de um sonho e concretização de uma antiga reivindicação da região carbonífera, a implantação e pavimentação da SC-447, a chamada Rota do Desenvolvimento, que liga os municípios de Treviso e Lauro Müller, foi dado durante audiência pública realizada no dia 3 de maio, no Plenário, proposta pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL).

A empresa Prosul, do projeto da SC-447, apresentou as várias etapas que envolverão a con-

cretização da obra, que cruza os municípios de Nova Veneza e Siderópolis, com 17,5 quilômetros de extensão, estimada em R\$ 21,8 milhões e que vai beneficiar quase 70 mil habitantes da região carbonífera.

Segundo representantes daquela região, além de encurtar em 20 quilômetros o trecho até Criciúma, a obra diminuiria sensivelmente o tráfego pela SC-446. Abaixo-assinado foi encaminhado ao governador através do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB).

## Situação da BR-282

A Assembléia Legislativa e o Ministério Público Federal realizaram no dia 13 de maio, em Lages, audiência pública para esclarecer aos usuários e moradores do Planalto Serrano e do Oeste do Estado, a situação jurídica da BR-282, também conhecida como Rodovia Bioceânica. A estrada tem trechos ainda por construir entre o município de Lages e o trevo da BR-470, em Campos Novos, e entre os municípios de São Miguel d'Oeste e Paraíso, na divisa com a Argentina.

O presidente do Fórum Permanente da BR-282, deputado Romildo Titon (PMDB), explicou que o governo federal, há mais de cinco anos, tem recursos alocados para a obra e já celebrou três contratos destinados à conclusão dos trechos. Os contratos e as obras foram suspensos pelo TCU (Tribunal de Contas da União) em função de irregularidades praticadas pelo ex-diretor do antigo DNER, atual DNIT. Segundo o TCU, restam ainda R\$ 11 milhões a serem aplicados no trecho São José do Cerrito/Vargem, valor esse em poder da empresa ARG, mas a devolução já foi determinada pelo TCU.

(foto Carlos Kilian)



Em Lages, Fórum mobilizou comunidade pela BR-282



# Contro para esclarecer produtores

## Organização permite agregar valores

zação da pro-  
as. A organi-  
forme atesta-  
nor caminho.  
Prestação de  
Rumo, da lo-  
Mafra. Cria-  
eúne nove  
ária leiteira e  
ciamento de  
asteurização  
gundo o pre-  
dução era de  
ficação fede-  
ia, chegando  
500 litros de  
o final repre-

Também o  
eendimento  
mília Hable,  
calidade de  
Lourenço,  
icípio de  
i, que tratam  
rodução de  
serve de  
plo para a  
ação de valo-  
a agricultura  
iar. Quatro  
s e suas es-  
s, com a par-

participação dos filhos e vizinhos, desenvolvem um trabalho interessante e que vem rendendo bons frutos. Marli Valéria Hable conta a história que iniciou em 1982 com o trabalho individual. "Mas, individualmente, na época, tínhamos pouca terra para fazer uma granja com capacidade de mil aves para cada um e o custo foi cada vez ficando mais caro. Foi aí, em 1996, que surgiu a idéia da formação da associação familiar, estando hoje com cerca de 48 mil aves com a produção de 2.800 dúzias de ovos/dia", diz a agricultora.

Uma das sócias, Dinacir Hable, abandonou o magistério para dedicar-se à associação e ao desenvolvimento da atividade. "Atualmente, cada família tem seu salário fixo e o restante fica agregando valor. Hoje estamos ainda investindo na compra de um trator e também temos uma fábrica de rações, onde aproveitamos o produto plantado e colhido para o alimento de nossas aves. Assim, diminui-se a despesa. O desenvolvimento e o sucesso de nosso empreendimento servem como incentivo para que os nossos fi-



(fotos Salom Soares)

Associativismo proporciona êxito aos empreendimentos

lhos permaneçam com a atividade", concluiu.

Para o agricultor Ricardo Doege Júnior, que tem uma propriedade rural na Vila Ruthe, em Mafra, ainda faltam políticas específicas e efetivas para o desenvolvimento da agricultura do país.



Ricardo Doege não vê futuro na agricultura para os filhos

## Quem pode se beneficiar com o Pronaf

- agricultores familiares, sejam eles proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que utilizem mão-de-obra familiar e tenham até dois empregados permanentes;
- não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a quatro módulos fiscais,
- no mínimo 80% da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária ou alheia a ela mas exercida no estabelecimento;
- o agricultor familiar deve residir na propriedade ou em povoado próximo;
- agricultores de qualquer município do País podem ser beneficiados pelo Pronaf, por meio do financiamento de sua produção e de programas de profissionalização
- no caso do Pronaf Infra-estrutura e Serviços, serão beneficiados os municípios que forem selecionados, a cada ano, de acordo com critérios técnicos estabelecidos pelo Conselho Nacional e que tiverem o PMDRS (Plano Municipal de Desenvolvimento Rural), aprovado pelo CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável)

## Políticas públicas

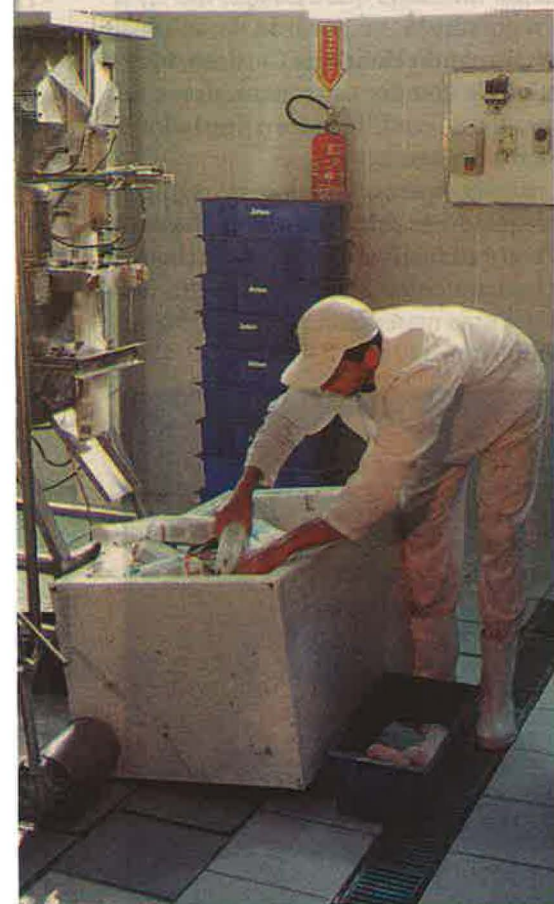
Representando Jurandir Gugel, superintendente do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) em Santa Catarina, Lidiane Camargo falou sobre as políticas públicas do governo federal para a agricultura familiar, enfatizando que a meta é criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania. "O governo federal instituiu um expressivo conjunto de inovações na sistemática operacional do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar)", disse. Além disso, o MDA vem desenvolvendo ações e programas que promovam o desenvolvimento da agricultura familiar com infra-estrutura e serviços municipais, por meio de parcerias com os governos municipais e estaduais, além de organizações não governamentais.

Já o superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina, Tarcísio Klock, fez uma explanação sobre a contribuição do agronegócio para o Brasil, respondendo por 37% dos empregos e 34% do PIB nacional, enfatizando que o setor não é destinado apenas para os grandes produtores. "A agricultura familiar também passa por aqui. Mas o agronegócio brasileiro é moderno, eficiente e competitivo, e é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país", enfatizou.

**Pronaf** - Secretário Executivo do Pronaf e do Projeto Microbacias, Luiz Ademir Hessmann que o Pronaf visa fortalecer a agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda e é executado de forma descentralizada.

Hessmann enfatizou que o objetivo é de construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida. "Ao municipalizar a sua atuação, os agricultores e suas famílias tornam-se os verdadeiros atores do programa, gerando as demandas e as soluções necessárias à realização de seus objetivos", assinalou.

O programa, segundo ele, vem fortalecendo as diversas parcerias que atuam no meio rural e que estão afinadas com os objetivos do Pronaf. Esse apoio ocorre por meio do incentivo aos serviços de extensão rural, do estímulo a programas de profissionalização de agricultores e suas famílias, da promoção de debates e da capacitação dos técnicos envolvidos, e do financiamento de projetos de pesquisa dirigidos à agricultura familiar.



Organização resulta em sucesso



# Boppré denuncia abuso da PM contra estudantes

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Seis minutos de imagens apresentadas no telão do Plenário da Assembleia Legislativa, pelo deputado Afrânio Boppré (PT), no final da tarde de quarta-feira (1º), chamaram a atenção dos parlamentares e da assistência que estava nas galerias. As cenas mostravam o avanço da Polícia Militar, com todo o seu aparato, contra os estudantes que se manifestavam contra o aumento das passagens do transporte coletivo urbano.

As imagens do cinegrafista Alexandre Antunes, da TV Floripa, exibiam policiais avançando alinhados, disparando bombas de gás lacrimogêneo, policial agarrando, derrubando, espancando um estudante e deixando-o ferido. Jovens estudantes caídas na pista, vítimas do gás; além de um rapaz exibindo a perna ensanguentada, consequência de bomba disparada pelos policiais militares. "O excesso da PM ficou evidente e o governador do Estado, comandante-em-chefe da força policial, tem responsabilidade e tem que dar respostas sobre estas agressões. Se calar, estará consentindo", afirmou Afrânio. O petista também responsabilizou o prefeito da capital, Dário Berger (PSDB) pelas ações da PM, pois, conforme Afrânio, Berger pediu atitude enérgi-

ca contra os manifestantes. "Borracha no movimento social e cacete nos estudantes não resolverá o problema", assinalou.

**Defesa** - Em aparte, o deputado João Henrique Blasi, líder do governo, lamentou os acontecimentos, e disse acreditar que as agressões aos sem-terra, em Brasília, há duas semanas, "nada têm a ver com ordens do presidente Lula". Afrânio lembrou ao peemedebista que a polícia de Brasília é distrital, estando sob o comando do governo de Joaquim Roriz, também do PMDB.

Djalma Berger (PSDB) defendeu as ações do prefeito. "O direito de locomoção é sagrado e o governador e a polícia têm de fazer cumprir-lo", afirmou, frisando que não defende o uso da agressão "a quem quer que seja".

Sobre o aumento do valor das passagens, Berger também se manifestou. "Todos sabemos que esse reajuste é uma decisão judicial", ao que o deputado



Boppré pediu que o governo apure com rigor o que foi mostrado

Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), respondeu que a decisão da Justiça autoriza, não determina, o aumento. Quanto às agressões, Vieirão disse não culpar o governo do Estado, mas pediu apuração criteriosa dos fatos pelo secretário da Segurança, Ronaldo Benedict. "Não pode um selvagem como esse integrar a Polícia Militar. É um covar-

de", afirmou, referindo-se ao espancamento de um estudante já imobilizado, no chão.

O líder da bancada progressista, deputado Joares Ponticelli (PP) lembrou que, no ano passado, o governador prometeu colaborar e tentar resolver o assunto, para diminuir o ICMS sobre o óleo diesel. "Isso realmente ocorreu? Quero ver o requerimento assinado pelo governador com esse pedido, estendido a todos os municípios, já que Florianópolis não pode ser privilegiada", afirmou. "Cacetada em estudante não é a solução", finalizou.

**Rebate** - O líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota (PMDB) disse

que o deputado progressista estava fazendo um teatro com relação às manifestações dos estudantes. "Estive presente à manifestação ontem e o que pude presenciar foram pedras e mais pedras rolando. Tem horas que a polícia tem que agir para manter a ordem. Isso foi o que aconteceu ontem", explicou Mota. (CR/MOR/MAP/TM/TK)

## Deputado afirma que corrupção é combatida

O deputado Vanio dos Santos (PT) citou na sessão do dia 25 diversas ações do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, buscando apurar casos de corrupção. Segundo ele, somente a Polícia Federal realizou 75 operações, das quais 45 voltadas exclusivamente à repressão da corrupção. A Controladoria Geral da União realizou 6 mil auditorias em 681 municípios e trabalha ainda na recuperação de R\$ 724 milhões desviados dos cofres públicos. "As ações da Polícia Federal resultaram, entre 2003 e 2005, na prisão de 1.234 pessoas, sendo 819 políticos, empresários, servidores públicos, policiais e juízes acusados de fraude. A corrupção é duramente combatida pelo governo federal", destaca Vanio.

Estes números comprovam, na avaliação de Vanio, a determinação do governo Lula no combate à corrupção. O mesmo empenho não houve no governo anterior, disse. "Uma série de operações foram promovidas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e seus aliados que dificultaram a instalação de CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) para investigar irregularidades em casos como o da criação do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) e o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional)", rememorou.

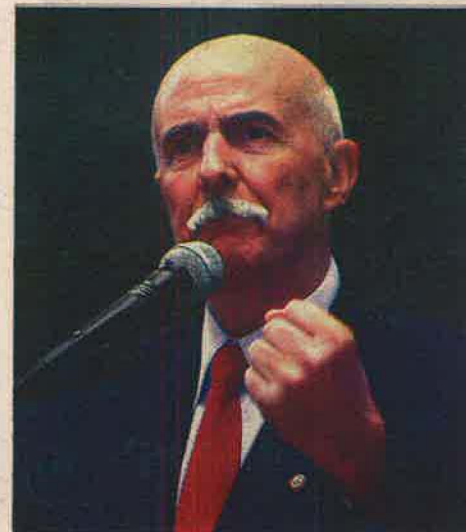
O deputado Vanio dos Santos diz achar no mínimo estranho que o PSDB e o PFL, que bloquearam nos últimos oito anos todos os pedidos

de CPI, agora achem a medida indispensável. Ele cita outros casos "abafados", como irregularidades no pagamento dos precatórios no Departamento Nacional de Estrada e Rodagem em 1996; compra de votos para aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição; socorro aos bancos Marka e Fonte Cindam durante a desvalorização do real; caso do grampo no BNDES durante a privatização do Sistema Telebras; CPI da Corrupção em 2001; caso Eduardo Jorge quando o secretário-geral da Presidência da República foi alvo de diversas denúncias e, ainda, a atuação do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que segundo Vanio ganhou o apelido de "engavetador geral" por não investigar vários inquéritos, sendo muitos arquivados. (SD)

## Küster espera melhores resultados da Anatel

O atendimento da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) está fugindo do princípio de sua criação, argumentou o deputado Francisco Küster (PSDB). O parlamentar informou que a criação das agências reguladoras, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, teve o objetivo de atender os consumidores nos momentos de conflito entre o prestador de serviço e o usuário.

Küster espera que o processo das agências reguladoras seja mais eficaz. Segundo ele, "não é admissível que as pessoas liguem e só tenham como resposta do outro lado da linha uma mensagem gravada e um longo tempo de espera". (MOR/TM)



Deputado Francisco Küster

## Hospital de Joinville causa divergência

Matéria pública no dia 20 de maio, em um jornal de circulação estadual, em que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) acusa o ex-governador Esperidião Amin (PP) de ter inaugurado o então Hospital Regional Infantil de Joinville - e que agora deve ser também maternidade -, sem que as obras estivessem concluídas, levou progressistas e peemedebistas a novo confronto em Plenário.

Na sessão do dia 25, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) garantiu que, enquanto foi secretário da Fazenda, fez inúmeros repasses para que a obra fosse concluída. "Ainda terão que colocar muitos outros recursos para concluí-lo, agora que ele também foi transformado em maternidade", afirmou, indagando os governistas sobre as razões para o governador chamar "um hospital daquele porte de elefante branco?".

**Réplica** - Na sessão do dia 31, terça-feira, o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, disse que muitas vezes a mudança de opinião é inteligente, pois repara ações necessárias. "Não podemos deixar a sociedade a margem desses grandes hospitais. Joinville é uma cidade muito importante e a população merece esse reconhecimento. Alguns hospitais vão bem, outros vão mal".

Vieirão ponderou ao peemedebista que suas colocações faziam menção ao discurso do governador. "Ele devia ter dito que se enganou, mas não agredir quem praticamente deixou o hospital pronto. Ele que use adjetivos necessários e importantes e não use termos como elefante branco". Mota encerrou este assunto dizendo que admira quem dá um aval e depois vai contra. "Isso acontece depois de muita reflexão. Tem que buscar soluções". (DAB)



## Deputados discutem ações do governo federal

Na sessão plenária do último dia 25, o deputado Nelson Goetten (PFL) foi à tribuna para registrar, segundo ele, seu direito de parlamentar em defender suas idéias. "Ontem, eu vim à tribuna para falar sobre a minha indignação com relação a algumas atitudes do governo federal, não ataquei nenhum parlamentar em particular, mas isso ocorreu com a minha pessoa", afirmou.

Goetten argumentou que cabe a ele, cumprindo com o papel de opositor, cobrar as promessas feitas pelo PT durante os últimos 25 anos, como a queda da carga tributária e derrubada dos juros, além da distribuição de terras aos agricultores. "Hoje os sem-terra fazem manifestações gigantescas, financiadas pela máquina pública. As manchetes dos jornais dizem que os juros altos elevaram a dívida federal no mês de abril, que chegou a R\$ 9,5 bilhões. Além

disso, diminuíram os investimentos na área da saúde no governo Lula", avaliou o pefelista, criticando também o deputado Vanio dos Santos (PT) que, durante a sessão plenária do dia anterior (24), teria, a seu ver, questionado seu caráter. "O PT tem que aprender a se comportar como governo, aceitar as críticas e pagar pelas atitudes que toma. O presidente Lula ofereceu seu apoio ao deputado Roberto Jefferson, que todos sabem ser o comandante de uma quadrilha de assaltantes. Isso é uma afronta ao povo brasileiro e por isso me sinto no direito de criticar e de me sentir preocupado", comentou.

**Resposta** - O líder da bancada petista, deputado Paulo Eccel, afirmou que tanto os parlamentares quanto o governo federal sabem da responsabilidade como situação e cada um procura cumprir bem o seu papel.

"Creio que a nossa bancada está cumprindo com responsabilidade nosso mandato, estando presente em Plenário, nas comissões e nas audiências públicas e apresentando projetos interessantes à sociedade. Portanto, não posso admitir o jeito com o qual o deputado Nelson Goetten referiu-se sobre o governo federal e como estaria se 'lambuzando com o poder'", assinalou.

Segundo Eccel, o deputado Goetten não pode criticar a ninguém porque "mal participa das atividades da Casa". "O deputado não tem projetos tramitando no Legislativo, mal vem ao Plenário e nem sequer participa das comissões. Sua postura perante o governo do Estado também é dúbia, pois hora o critica e em outras está participando de atos políticos, além de sempre votar com o governo", avaliou. (TK)

## Aprovados

### Alterações na Lei do IPVA

Aprovado o Projeto de Lei nº 77/05, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores). Uma das mudanças estabelece que, na hipótese de o veículo automotor ter sido objeto de furto, roubo, apropriação indébita ou estelionato, a exigência do imposto será proporcional ao número de meses em que o titular exercer seu direito de propriedade e posse. Pela legislação em vigor, fica o proprietário obrigado ao pagamento integral do imposto.

A proposição disciplina a exigência do imposto devido a partir da recuperação do veículo, ainda que a título precário. Neste caso, o IPVA será exigido a partir do mês seguinte ao da devolução do veículo, na proporção de 1/12 por mês ou fração. Também incluem-se neste dispositivo os casos de perda de propriedade do veículo por estelionato, a fim de que fique assegurada ao contribuinte que não será exigido o pagamento do imposto. A legislação atual somente prevê a isenção na hipótese de furto, roubo ou apropriação indébita. (RV)

### PEC

Pela unanimidade dos 26 parlamentares presentes à sessão ordinária de terça-feira (31), foi aprovado o PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 07/04, de autoria do deputado Francisco Kuster (PSDB), alterando o Artigo 70 da Constituição Estadual. Com a emenda, a Assembleia Legislativa passa a autorizar a viagem do governador e do vice-governador para outros estados e para o exterior somente quando esta exceder o período de 15 dias. Uma subemenda substitutiva global ao PEC, de iniciativa do deputado João Henrique Blasi (PMDB), determina que o Legislativo será informado e oficializado de qualquer viagem destas autoridades no período inferior a 15 dias. (RV)

### Fundo Social

O Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 122/05, de origem governamental, com emenda modificativa de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que altera dispositivos da Lei nº 13.334, de 2005, que instituiu o Fundo Social. A mudança imposta atende reivindicação da Fecam (Federação Catarinense dos Municípios) e da decisão do Tribunal de Justiça, proferida no julgamento de pedido de liminar em ações diretas de inconstitucionalidade propostas pelo PT e pelo PP.

Na justificativa da emenda, Vieirão enfatiza que a legislação de regência dos repasses aos municípios é aquela disciplinada pela Lei Complementar nº 63, de 1990, que não pode ser alterada pela norma editada pelos estados, por conta da hierarquia das leis, e assim como não podem ser definidos destinos aos recursos arrecadados, de molde a vincular recursos repassados aos municípios a ações que o Estado queira sejam efetuadas. Em atendimento à decisão do TJ, na qual se verifica que a parcela pertinente aos municípios dos recursos angariados pelo Fundo Social (25%) tenha seus depósitos efetuados na forma da lei, deve haver a correlação com as constituições Federal e Estadual e leis complementares.

Os parlamentares também aprovaram o Projeto de Lei nº 104/05, de origem governamental, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual 2004/2007 e autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Desenvolvimento Social - Fundo Social, no valor de R\$ 200 milhões. O Executivo justifica que este montante torna-se necessário para atender despesas com ações de desenvolvimento nas áreas da saúde, educação, ciência e tecnologia, segurança pública, infra-estrutura, comunicação, turismo, esporte e cultura, desenvolvimento social, trabalho e renda, agricultura e desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável. (RV).

## Mota propõe Fórum para rizicultura

O líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, anunciou requerimento de sua autoria para que seja criado um Fórum Parlamentar Permanente para discutir a situação da rizicultura no Estado.

Ele explicou que o requerimento que cria o Fórum Permanente contará com o apoio de parlamentares de diversos partidos. "Também vamos falar com o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB) e com o governador Luiz Henrique da Silveira. Santa Catarina vive o pior momento da história. Ele disse que cerca de 3 mil famílias de rizicultores catarinenses e gaúchos, reuniram-se em Araranguá para debater os problemas. "A si-

tução deles está pior que a nossa. Fizeram investimentos, compraram equipamentos e o governo não cumpriu com o tratado. Uma grande irresponsabilidade do governo federal. Tem que haver um estoque regulador e parar com a importação de arroz argentino".

Para o deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), o governo federal está usando dois pesos e duas medidas. "A Argentina barra vários produtos brasileiros. Tem que haver a mesma atitude, pois isso já aconteceu com a cebola e está acontecendo com o alho, em plena safra". (DAB)



Deputado Manoel Mota

## Vereadores de Orleans repudiam radares

Um ofício da Câmara de Vereadores de Orleans repudiando a conduta da Polícia Rodoviária Estadual foi lido pelo deputado Joares Ponticelli (PP), na tarde do dia 24, em Plenário. Os vereadores acusam má-fé dos policiais na aplicação de multas por excesso de velocidade medidas pelos radares portáteis. Segundo o ofício, os policiais ficam escondidos com os radares, sem respeitar a lei.

Os vereadores do município ainda solicitaram esclarecimento e manifestação dos parlamentares a respeito da lei de autoria do ex-deputado estadual Paulo Bornhausen

(PFL), aprovada na legislatura passada, que extinguiu a cobrança de multas aplicadas pelos radares eletrônicos (pardais), sem sinalização.

"Os policiais estão agindo de boa fé. Estão sendo mandados. Mas a lei é clara, ela proíbe a fiscalização. Isso é um assalto ao bolso do motorista catarinense", fez questão de ponderar o deputado Ponticelli. Ele reafirmou sua posição contrária à utilização de radares móveis e classificou o equipamento de "fábrica de fazer dinheiro". Endossando o progressista, os deputados Valmir Comin (PP) e Francisco Küster (PSDB) enfati-



Deputado Joares Ponticelli

zaram o fato de a postura adotada pela Polícia Rodoviária contrariar a lei. (GMP/MAP)



# Tabagismo continua matando

O Dia Mundial de Combate ao Tabagismo, 31 de maio, foi assunto de vários parlamentares na sessão ordinária daquele dia. Somente em Santa Catarina, cerca de 5 mil pessoas por ano são vítimas de complicações causadas pelo fumo. A metade das vítimas tem entre 35 e 69 anos. O hábito de fumar é diretamente responsável por 30% das mortes por câncer, 90% das mortes por câncer de pulmão, 25% das mortes por doença coronariana, 85% das mortes por doença pulmonar obstrutiva crônica e 25% das mortes por doença cerebrovascular.

A deputada Odete de Jesus (PL) lembrou da tarefa de diversas instituições e grupos que trabalham para reduzir o vício do fumo e forneceu mais alguns dados importantes. Segundo ela, o Instituto Nacional do Câncer comprovou uma realidade mais animadora em nível nacional, pois o percentual de fumantes no país caiu de 39% em 1983 para 19% em 2003. No entanto, Santa Catarina está acima da média nacional, com 20% de tabagistas do total de sua população.



Deputada Odete de Jesus

Ela lamentou o fato do vício estar ganhando espaço entre adolescentes. Cerca de 90% dos fumantes desenvolvem este vício antes dos 19 anos. A OMS (Organização Mundial da Saúde) estima que a cada dia, 100 mil crianças e adolescentes em todo o mundo tornam-se fumantes.

O deputado Onofre Agostini (PFL) falou sobre sua experiência como ex-fumante. "Estou sem fumar há cinco anos, tenho procurado mostrar os malefícios do cigarro. Minha irmã mais velha está com câncer em fase

adiantada", lamentou.

A deputada Simone Schramm (PMDB) também aproveitou a data para fazer um apelo às vítimas do cigarro e uma alerta para o alto índice de mortes que vem ocorrendo no Estado de Santa Catarina e no país.

Autora da Lei nº 13.017, que proíbe o consumo de cigarro em qualquer recinto fechado, e que prevê uma multa no valor de R\$ 500 para quem desrespeitar, Simone declarou: "Temos que lutar contra o consumo de cigarros, pois várias pessoas estão morrendo desse mal". (DAB/TM)



Deputada Simone Schramm

## Gonçalves elogia Festa do Pinhão

A organização da Festa do Pinhão, realizada em Lages de 20 a 29 de maio, foi elogiada pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que visitou a festa no sábado, dia 21. "Essa Festa é uma referência turística em todo o país e está entre as três mais importantes do Estado juntamente com o Festival de Dança de Joinville e a Oktoberfest de Blumenau", afirmou. Gonçalves parabenizou o prefeito, Raimundo Colombo (PFL), os organizadores da festa e toda a população lageana.

**Perda** - O deputado também manifestou pesar pelo falecimento do empresário e fundador da Indústria Schneider S.A., de Joinville, Joanes Carlos Schneider, ocorrido no último dia 23, aos 82 anos. O empresário iniciou suas atividades



Deputado Nilson Gonçalves

aos 18 anos como torneiro fermenteiro na Metalúrgica Otto Bnack e em maio de 1946 abriu seu próprio negócio. O empreendimento possui uma outra unidade em Araquari e três centros de distribuição, localizados em Recife (PE), Contagem (MG) e Ananindeu (PA). A empresa emprega cerca de 260 funcionários e atinge um faturamento de R\$ 60 milhões por ano. (MOR)

## Alteração no Fundo assegura repasses

As alterações feitas no Fundo Social foram citadas pelo líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), na sessão ordinária do dia 25 de maio. Para ele, as mudanças no projeto representam que o governo do Estado está aberto ao diálogo e disposto a facilitar. Ele ainda falou sobre o Projeto de Lei nº 122/05, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei nº 13.334, de 2005, que instituiu o Fundo.

"Este projeto de lei assegura a determinação da Consti-

tuição de que 25% relativos ao ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) vão para os municípios. A emenda do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que também foi aprovada, tira as amarras e deixa para o município aplicar a verba como melhor lhe couber", esclareceu Blasi. Ele aproveitou para ressaltar seu desejo de que não haja mais decisões do Tribunal de Justiça, a não ser a decisão relativa às liminares impetradas pelas bancadas do PP e PT. (DAB)



Deputado João Henrique Blasi

## Dentinho critica corte de recursos às cozinhas

As críticas à redução de recursos repassados pela prefeitura de Joinville ao programa de cozinhas comunitárias, levadas a Plenário há duas semanas por diversos deputados, foram reforçadas na manhã do dia 25, pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT). "Não dá para admitir uma redução do valor de R\$ 30 mil para R\$ 18 mil em um programa tão importante. Se o município de Joinville tivesse feito o mapa da fome poderia receber recursos do programa Fome Zero".

Ele fez um comparativo de valores repassados em 2004 aos programas sociais do Balé Bolshoi e ao Cozinhas Comunitárias. Enquanto o primeiro recebeu R\$ 5,7 milhões com um custo *per capita* de R\$ 28 mil por aluno/ano de acordo com cálculos do Ministério Público, o segundo recebeu R\$ 360 mil.

"É muita diferença. Apesar do reconhecido mérito do Bolshoi, o programa das cozinhas comunitárias, composto por 28 unidades no município, atende 2.700 crianças por dia". salientou

Dentinho. De acordo com ele, o valor de R\$ 30 mil que era repassado pela prefeitura representava 75% dos gastos das cozinhas. "Enquanto isso, o projeto para a construção da nova sede da Escola do Balé Bolshoi, em uma área de 31 mil metros quadrados e com um custo de R\$ 920 mil, receberá investimentos da ordem de R\$ 40 milhões", afirmou. As cozinhas comunitárias estão abrigadas em galpões de igrejas, associações de moradores e outros locais públicos. (SD)

## Duduco defende igualdade

Ao comentar o sucesso da Parada Gay realizada no último domingo (29) em São Paulo (SP), o deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido), lembrou que existe um projeto de sua autoria, tramitando na Casa, que dispõe sobre a concessão de benefícios previdenciários (pensão) ao companheiro ou companheira homossexual de funcioná-

rios públicos estaduais.

Conforme relatou o deputado Duduco, a passeata reuniu dois milhões de pessoas reivindicando seus direitos de igualdade, paz e amor. Disse que esta garantia precisa se tornar realidade em Santa Catarina, "é uma questão de consciência, a população precisa ser respeitada", ponderou Duduco. (MOR)

## Secco fala sobre governo estadual

O deputado Celestino Secco (PP) fez algumas reflexões sobre a administração do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), na sessão ordinária de quinta-feira (2), comentando que, no primeiro ano de sua administração, era necessário criar uma nova política. "Para isso, como uma meta, quase metafísica, adquiriu um novo Palácio do Governo". O parlamentar disse que, como o governo federal estava cada vez mais insen-

sível com relação aos pactos federativos, resolveu fazer uma nova reforma administrativa, o Fundo Social.

"Agora está empurrando com a barriga, fazendo propaganda enganosa, promessas, dizendo para colocarem dinheiro no Fundo Social porque é a solução e que agora vai. E a política salarial? O abono para os servidores da saúde? Se há uma regularidade nas contas, que façam uma correção no vale-refeição dos servidores". (DAB)



## Lício reclama verbas às creches

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) criticou durante a sessão de terça-feira (31) a falta de repasse de verbas públicas às creches e associações comunitárias. "É grave a falta de atenção do governador e do secretário da área social em não atender as solicitações financeiras, já incluídas no orçamento, dessas entidades que prestam um serviço primordial à sociedade."

Lício comentou que, por viajar muito pelo Estado, tem recebido inúmeras reclamações, inclusive de comunidades de bairro, já que desde janeiro nada é repassado. "O que eu acho estranho é que para manter as 30 secretarias regionais o governo tem dinheiro, mas para repassar os recursos garantido pelo orçamento, não. Muitas associações e creches estão com contas de água, luz e telefone atrasadas e garanto que



Deputado Lício Mauro

não há um deputado nesta Casa que ainda não tenha recebido uma visita de representantes dessas associações, implorando por ajuda para não fechar as portas", afirmou.

Segundo Lício, esta é uma falta de responsabilidade do governador Luiz Henrique da Silveira. "Ele vai ter que dar um jeito de pagar alguma coisa para os funcionários", argumentou. (TK)

## Usefi continua

O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) participou, no dia 23, de importante reunião no município de Tijucas. O encontro reuniu 23 profissionais de contabilidade do Vale do Rio Tijucas, prefeito em exercício de



Deputado Peninha

Nova Trento, Orivan Jarbas Orsi, prefeito de Canelinha, Eloir João Reis, Pedro Mendes, gerente de Tributação, e Afonso Pedrini, gerente regional, ambos da Secretaria da Fazenda, além de lideran-

ças da região. Teve como objetivo evitar a desativação da Unidade Setorial de Fiscalização da Fazenda (USEFI), instalada naquela região.

Após vários debates, ficou acertado que a unidade não seria desativada. O número de funcionários seria aumentado, para melhor atender os usuários, assim como os prefeitos presentes prometeram integral apoio à unidade pela importância do serviço que presta à comunidade do Vale do Rio Tijucas.

## Souza é contra fechamento de posto

O Plenário aprovou moção, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL), solicitando aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense que interfirmem junto ao Ministério da Previdência Social e à presidência do Instituto Nacional de Seguro Social, a fim de evitar o fechamento do posto de atendimento do INSS no município de Biguaçu.

De acordo com o parlamentar, tal solicitação se faz necessária "uma vez que o referido posto atende aos municípios de Antônio Carlos e Governador Celso Ramos. A possível transferência para a cidade de São José causará enormes transtornos a toda a população que rotineiramente utiliza aquele serviço", concluiu. (Liderança do PFL)

## PEC das terras indígenas reduz conflitos

"O Estado poderá promover, na forma da lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos pequenos agricultores que, de boa fé, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo de-

marcatório aos povos indígenas". Esse é o texto da Proposta de Emenda Complementar 3/2003, aprovada na terça-feira (24) pela Assembleia Legislativa. É uma conquista histórica, na opinião do deputado Dionei Walter da Silva (PT), que conduziu a negociação entre governo do Estado, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Poder Legislativo catarinense.

A emenda permite que os atuais proprietários das terras indígenas demarcadas em Santa Catarina sejam indenizados pelo Estado, recebendo valor justo por sua propriedade, pois a Funai indeniza apenas as benfeitorias existentes sobre a terra. "Entendemos que as terras pertenciam original-



Deputado Dionei Walter da Silva

mente aos indígenas, mas os colonos pagaram por elas e fizeram isso de boa fé. Se alguém errou nesse curso histórico foi o Estado, que vendeu as terras dos índios para companhias colonizadoras. Portanto, cabe ao Estado indenizar os agricultores", explica o deputado Dionei.

O parlamentar foi relator da PEC 3/2003, de autoria do também deputado petista Pedro Baldissera, na Comissão de Cons-

tituição e Justiça, em 2004. Ele costurou acordo, em parceria com o superintendente do Incra, João Paulo Strapasson, e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para que o governo federal contribua financeiramente com o Estado de Santa Catarina, a quem cabe indenizar os agricultores. Essa articulação contribuiu para a aprovação da PEC na Assembleia Legislativa.

**Conflito** - Em território catarinense existem 17 áreas em disputa, que originalmente seriam terras indígenas cedidas pelo Estado a companhias colonizadoras e que posteriormente foram adquiridas, de forma legal e legítima, pelos colonos. Cerca de 1.400 famílias de agricultores ocupam essas áreas. "O governo

federal tem interesse em resolver esses pontos de conflito. Por isso buscamos o diálogo para construir uma solução que contemple as duas partes", disse Dionei. A solução de convênio entre governo federal e governo estadual para indenizar e reassentar agricultores já foi adotada com sucesso no Rio Grande do Sul. De um total de R\$ 30 milhões investidos, R\$ 20 milhões partiram do governo federal e R\$ 10 milhões do governo estadual. (LC)

### Número de famílias atingidas pela demarcação em SC:

Seara - 248
Concórdia - 78
Entre Rios - 32
Abelardo Luz - 61
Cunha Porã - 170
Palhoça - 116
Imaruí - 11
Araquari - 43
São Franciscodo Sul - 10
Barra do Sul - 5
Vitor Meirelles, Itaiópolis e Dr. Pedrinho - 490

## Godinho faz balanço sobre cheias

A gravidade das fortes chuvas que caíram em Lages, entre os dias 19 e 20 de maio, motivaram um levantamento em todas as residências atingidas, comunicou o deputado Sérgio Godinho (PTB) na sessão plenária de quarta-feira (1º).

O levantamento foi realizado com apoio da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, da qual é presidente, e com a participação dos presidentes das associações de moradores dos 12 bairros atingidos.

O parlamentar informou que 368 famílias que tiveram prejuízos parciais ou totais foram cadastradas e, com a ilustração de fotos, será elaborado relatório para ser entregue ao prefeito Raimundo Colombo (PFL), com o objetivo de buscar recursos para que os moradores possam reconstruir suas casas, bem como para repor objetos perdidos.



Deputado Sérgio Godinho

Godinho observou que o levantamento, para posterior elaboração do relatório, visa também encontrar soluções para minimizar os efeitos das enchentes que há décadas têm castigado não apenas famílias que residem em áreas ribeirinhas, mas também a zona urbana da cidade. (MOR)

## Djalma diz que há discriminação política

O envio de um ofício do prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB), aos deputados federais, ressaltando as principais obras para as quais solicita apoio junto ao governo federal, foi anunciado pelo deputado Djalma Berger (PSDB). O deputado reclamou de declarações do deputado federal Mauro Passos (PT) referentes aos projetos listados pelo prefeito.

"A pior discriminação é a política, que atinge a todos. Estranhou-me a atitude do deputado que procurou impor restrições, ao invés de contribuir com seus eleitores", enfatizou o parlamentar. (DAB)



## Sessão destaca trabalho pelas adoções

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Instituições e pessoas que prestaram relevantes serviços e se destacaram na adoção de crianças em Santa Catarina foram homenageadas em sessão solene, na noite de terça-feira (31). A proposição da homenagem foi do presidente do Fórum Parlamentar Permanente de Adoção, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), recebendo também a participação da deputada Ana Paula Lima (PT), como forma de lembrar das contribuições para aumentar o número de crianças adotadas e, principalmente, reduzir o tempo gasto no processo. Ao final do evento, Peninha passou a presidência do Fórum para Ana Paula Lima.

A sessão foi aberta pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), destacando a importância do evento em reconhecimento às pessoas, na maioria voluntárias, que se preocupam com a questão da adoção, lembrando do deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido), presente à solenidade, que é pai



Juiza Sonia e a deputada Ana Paula Lima

adotivo de dezenas de filhos.

Peninha confessou que sentiu-se honrado quando seu nome foi lembrado para assumir a presidência do Fórum Permanente de Adoção. Existem hoje no Estado, informou o parlamentar, 23 grupos de estudos e apoio à adoção e 78 abrigos cadastrados na CEJA (Comissão Estadual Judiciária da Adoção). "Cerca de 1.115 crianças e adolescentes estão abrigados nessas instituições. Destes, apenas 72 estão aptos para serem adotados porque estão destituídos do poder familiar. Como Fórum Permanente da Adoção, nos incluímos nesse conjunto de entidades e grupos que, por se-

rem extremamente ricos em qualidade e quantidade, têm conseguido substanciais avanços na questão da adoção no Brasil. Mas ainda há muito o que fazer nessa área", observou.

**Filas** - No país existem 40 mil crianças em abrigos aguardando adoção e, em Santa Catarina, 2.603 pessoas esperam na fila para adotar uma criança. "Aqui acontece um fenômeno sociológico interessante. São duas filas que não param de crescer. A dos que querem adotar e outra de crianças que precisam ser adotadas. Isso mostra que há alguma incongruência no processo", assinalou. Ele homenageou o deputado federal e atual secretário de



João Mattos e deputado Peninha

Coordenação e Articulação Política do governo estadual, João Mattos (PMDB) (autor de projeto que trata da Lei Nacional de Adoção que está tramitando no Congresso Nacional), o corregedor de Justiça e presidente do Ceja, desembargador Eládio Torretti Rocha, e o GEAAF (Grupo de Estudos de Apoio à Adoção de Florianópolis), através da sua presidente, Liliam Pacheco Santiago.

A deputada Ana Paula ressaltou o trabalho realizado por uma de suas homenageadas, a juíza de Balneário Camboriú, Sônia Maria Moroso. "É o reconhecimento a um ser humano que consegue colocar na pena e na ba-

lança de Minerva a sensibilidade de um dos gestos mais sublimes que um ser humano pode ter, a adoção". A parlamentar também homenageou o Grupo de Estudos e Apoio a Adoção de Blumenau, denominado Filhos da Esperança, através de sua presidente, Felicitas Maria Lanser.

"Adotar é a busca do amor. É a busca do improvável. Eu diria que adotar

é o grande diamante da própria concepção da vida. Somente o amor pode nos levar ao ato da adoção e, como mãe adotiva, quero dizer que eu não adotei, pois na verdade, fui adotada", concluiu Felicitas.

Os homenageados receberam placas de reconhecimento e também falaram sobre o trabalho que vêm desenvolvendo.

Também participaram da solenidade os deputados Simone Schramm (PMDB) e João Henrique Blasi, líder do Governo, o presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, Ricardo Roesler, juízes e promotores de Justiça, amigos, pais e filhos adotivos. (CA)

## Voluntários recebem medalha Parceria Comunitária

O Poder Legislativo e a Associação Internacional de Lions Clubes prestaram homenagem a 13 pessoas que representam entidades envolvidas na realização de serviço comunitário e voluntário. Em sessão solene realizada na noite de segunda-feira (30) e presidida pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), foi concedida a medalha *Parceria Comunitária*.

Em nome das bancadas de situação, a deputada Odete de Jesus (PL) destacou que cada um dos homenageados vem contribuindo à sua maneira e dentro das possibilidades para que o exercício de cidadania seja pleno e uma realidade cada vez mais presente. "São contribuições desta natureza que vêm transformando Santa Catarina em uma referência no trabalho voluntário. Todos têm no espírito voluntário a motivação que faz uma enor-

me diferença na sociedade."

Pelas bancadas de oposição, o líder do PT, deputado Paulo Eccel, fez menção ao "trabalho político-social aliado no princípio da dignidade da pessoa" que o seu homenageado, Padre Vilson Groh, realiza há 28 anos em comunidades carentes na Grande Florianópolis. "O padre Vilson Groh é uma dessas pessoas que não se acomodam diante do quadro da exclusão social. Indigna-se e, partindo da indignação, constrói parcerias e ações para que o fruto da produção de uma sociedade seja distribuído em realizações de todo o povo", declarou Eccel.

Padre Vilson Groh fez uma reflexão quanto ao papel do Estado e a transferência de responsabilidade que é feita para o chamado terceiro setor através do assis-

tencialismo. "São 1,7 milhão de pessoas empobrecidas em Santa Catarina, 700 mil em total estado de miséria. Precisamos resgatar o ser humano principalmente na figura dos jovens. São pessoas que perderam o sonho e foram destituídas de todos os direitos. O voluntariado se apresenta como a prática da justiça social e do resgate da dignidade humana." E conclamou as figuras públicas a pensarem um amplo projeto de desenvolvimento social, a partir dos marginalizados e excluídos.

Governadora do Distrito LD-5 do Lions, Rejane Pereira Gascho, referiu-se como "honrosa" a parceria entre Lions Clube e o Legislativo no reconhecimento aos destaques do voluntariado. "Todo aquele que dedica parte de seu tempo em prol da comunidade é digno de reconhecimento pelo esforço e trabalho que realiza". (SD)

### Deputados

Joares Ponticelli (PP)

Antônio Ceron (PFL)

João Henrique Blasi (PMDB)

Odete de Jesus (PL)

Jorginho Mello (PSDB)

Narcizo Parisotto (PTB)

### Homenageados

Dom Jacinto Bergmann - Bispo da Diocese de Tubarão

Zilma Valtrick de Liz e Ari Martendal - Programa Lages 100 Fome

Valter Brasil Konnel - Irmandade Senhor dos Passos

Adelita Fernandes da Silva

Edwon Mey - Centro de Recuperação Nova Esperança

Gilberto Agnolin e Maria Assunta Busato - Universidade Comunitária Regional de Chapecó

### Homenageados indicados pelo Lions Clube

Getúlia Maria Guglielmi Alami

Valmor Raymundo Machado

Rosane Terezinha Jahnke Vailatti

Arleti Bernadetti Bender Farina

Ione Therezinha Peretti Orsatto